

# Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes adota solução caseira ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro veta indicação de ex-secretário de Doria para equipe de Guedes ..... 5

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto parado na Câmara preocupa MPEs ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

País tem que buscar autonomia no setor ..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Em defesa dos pobres e vulneráveis (Artigo) ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado do INSS vão subir de 1,80% para 2,14% ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO  
SEGURIDADE SOCIAL

Órfão de feminicídio vive trauma da morte da mãe e prisão do pai ..... 13

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado aumentam em Janeiro ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Priorizar sem vincular (Artigo) ..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo atende a bancos e aumenta para 2,14% juros no consignado ..... 18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Vai pesar no bolso do aposentado ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O projeto do PSDB para consertar o Brasil (Artigo) ..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Moronomics - PEDRO FERNANDO NERY ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A rota da sustentabilidade é urgente (Artigo) ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A recidiva do populismo europeu (Editorial) ..... 25

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ativistas temem acordo da Argentina com o FMI ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

MP para bancar o Auxílio de R\$ 400 ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

Seis visões do atendimento ..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Passagens aéreas sobem 45,3% ..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Copom deve elevar juro para 9,25% ..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Choque de juros trava a economia (Editorial) ..... 32

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Copom em clima de derrota ..... 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Salário não acompanha inflação ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

MP tentar garantir Auxílio Brasil de R\$ 400 já em dezembro ..... 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Bolsa sobe 1,70% com otimismo sobre ômicron; dólar vai a R\$ 5,69, maior cotação desde abril  
..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Mercado tem carne para o fim de ano, mas falta o consumidor, diz consultoria - VAIVÉM DAS  
COMMODITIES  
..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mesmo com a PEC dos Precatórios, governo vê rombo de R\$ 2,6 bilhões ..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Analistas veem inflação de 5,02% no próximo ano ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

O Brasil atrás das potências dinâmicas ..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Saques na poupança têm novo recorde em novembro, mostra BC (Editorial) ..... 45

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado financeiro projeta inflação em 10,18%..... 46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Exposição aos riscos fiscais atinge R\$ 4,2 trilhões..... 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

IPCA deve ficar acima da meta do BC..... 48

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Assessora de Guedes assumirá nova função..... 49

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Principais gastos públicos foram 'domados'..... 50

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

Queda no PIB mostra empobrecimento do país - REGINALDO LOPES..... 51

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

A retomada da produção automotiva e os seminovos (Artigo)..... 52

# Guedes adota solução caseira

**ROSANA hessel**

Faltando mais de um ano para o fim do primeiro mandato de Jair Bolsonaro (PL), o ministro da Economia, Paulo Guedes, não consegue mais recompor cargos estratégicos da pasta com nomes de peso do mercado financeiro. Com isso, tem usado soluções caseiras para viabilizar a reestruturação do ministério, que será anunciada em breve.

"Em tempos normais, esse esvaziamento é natural. Muitos entram no governo para adquirir experiência de Estado, porque o mercado busca esse tipo de conhecimento, e depois saem. Mas o governo Bolsonaro tem uma característica de confusão que não atrai mais os profissionais do mercado", avaliou o cientista político Carlos Melo, professor do Insper.

Estão previstas a criação de uma nova secretaria e um cargo de adido no exterior com o objetivo de atrair investidores ao país. Para Melo, as mudanças não surtirão efeito, porque não há legado na área econômica que melhore a imagem do país.

Segundo o analista, Guedes perde credibilidade ao insistir que o Brasil "está decolando". "O país está em recessão técnica e, se olharmos para o que serão os quatro anos de mandato, o sentimento é de fracasso", destacou. Ele acrescentou que, é natural todo ministro ser otimista, mas "não dá para inventar", pois o **PIB** do Brasil teve desempenho pior que o de países vizinhos, como Colômbia e Chile.

A nova Secretaria Especial de Estudos Econômicos (S3E), será chefiada pelo secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. O economista Aloísio Araújo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ex-assessor de Guedes, foi convidado, mas declinou. Além da estrutura da SPE, a nova secretaria vai abrigar o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As mudanças passam pelas saídas do secretário especial de Produtividade e Competitividade (Sepec), Carlos Da Costa, e do secretário especial da **Receita Federal**, José Tostes Neto, que devem ir para o exterior. No caso de Da Costa, que vai chefiar o Escritório de Representação do ministério, em Washington, o cargo ainda precisa ser criado.

A pasta afirma que a nova secretaria especial e o novo cargo nos Estados Unidos serão criados "sem

aumento de custos". Mas a especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, acredita que a equipe econômica está contando com o aumento da receita devido à **inflação** elevada, neste ano, sem ter uma contrapartida efetiva. "O governo vai consumir uma folga conjuntural que não vai se repetir", lamentou.

A substituição de Da Costa e Tostes Neto, que vai para Paris trabalhar junto à OCDE, também foi caseira. A chefe da assessoria especial, Daniella Marques Cosentino, e o auditor Julio Cesar Vieira Gomes, serão os substitutos, respectivamente. O escolhido por Guedes para o lugar de Daniella, o ex-deputado Alexandre Baldy (PP), foi vetado por Bolsonaro por ter trabalhado no governo de João Doria (PSDB).

Sobe taxa do consignado

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem, por unanimidade, o aumento do teto de juros dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**. A taxa máxima passa de 1,80% para 2,14% ao mês. Para operações realizadas com cartão de crédito, ao teto sobe de 3% para 3,06% ao mês. A alta foi motivada pelo aumento da taxa Selic e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos meses. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, os conselheiros reconheceram a necessidade de mudar a taxa para se adequar às oscilações do mercado financeiro.

# Bolsonaro veta indicação de ex-secretário de Doria para equipe de Guedes

*Thiago Resende e Idiana Tomazelli*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, busca um novo nome para comandar o posto de articulação política da pasta, depois de o presidente Jair Bolsonaro ter vetado o nome do ex-deputado Alexandre Baldy (PP-GO) para a vaga.

Baldy é aliado do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), e seu ingresso no Ministério da Economia significaria um reforço na ponte com o Congresso Nacional. Seu nome foi indicado por líderes da legenda, mas não teve o respaldo do presidente.

Ex-ministro das Cidades durante o governo Michel **Temer**, Baldy foi secretário estadual dos Transportes Metropolitanos de São Paulo até outubro no governo João Doria (PSDB), desafeto de Bolsonaro.

Os planos eleitorais de Baldy também desagradam a aliados do presidente. Baldy quer concorrer ao Senado em 2022 e avalia se alinhará chapa do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). O ex-ministro já foi deputado federal e atualmente controla o PP em Goiás.

O nome de Baldy era visto como adequado para o cargo por causa do perfil político dele. Mas, no fim de semana, a indicação foi barrada. Nos bastidores do governo, há críticas pelo temor de o ex-deputado usar o posto para voltar aos holofotes e ganhar musculatura para concorrer nas eleições.

Segundo um integrante da equipe econômica, a indicação de um novo chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia ainda está "sob exame". Apesar do veto de Bolsonaro, lideranças do PP ainda insistem na indicação.

A indicação de um político para o posto da Economia poderia deixar o "triângulo do Orçamento" nas mãos do Centrão. Hoje, as discussões orçamentárias passam pela Casa Civil, chefiada por Ciro Nogueira, pela Secretaria de Governo, comandada pela ministra Flávia Arruda (PL), e pela Economia, onde são formuladas as peças orçamentárias e as propostas de abertura de novos créditos.

Embora a formatação técnica desses documentos fique a cargo da Secretaria Especial de Tesouro e

Orçamento, a Assessoria Especial de Relações Institucionais tem um papel importante na discussão desses projetos como Congresso, daí sua posição de influência.

Um integrante do partido quer tentar reduzir as críticas a Baldy no Planalto.

O ex-secretário de Doria chegou a pedir afastamento após ser preso pela Polícia Federal sob a acusação, que ele nega, de envolvimento em esquemas na área da saúde em anos anteriores, sem relação com a sua passagem pelo governo paulista.

Na avaliação de líderes do PP, o perfil político dele destravaria pautas de interesse do Ministério da Economia que dependem de aprovação no Congresso.

A vaga de articulador político do Ministério da Economia faz parte de uma reestruturação na pasta que está sendo elaborada por Guedes. O ministro pretende trocar o comando da **Receita Federal** e da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49752&anchor=6446733&pd=4d8e15c94b79428729a5a66fd0ade5d1>

# Projeto parado na Câmara preocupa MPEs

**MARCELO QUEIROZ**

Quinhentas mil empresas de pequeno porte, em todo o Brasil, podem ser excluídas do Simples Nacional, caso o projeto que aprova parcelamento de dívidas fiscais de micro e pequenas empresas não seja votado na Câmara dos Deputados. Essas empresas receberam um aviso de exclusão do Simples por causa das dívidas tributárias e têm até o fim do ano para acertar as contas com a **Receita Federal**. De acordo com o autor do projeto, senador Jorginho Mello (PL-SC), isso pode causar a demissão de cerca de 1,5 milhão de trabalhadores.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 46/2021, aprovado em setembro, no Senado, mas que ainda não foi apreciado pelos deputados federais, permite o pagamento em até 15 anos das dívidas das micro e pequenas empresas com a União, inclusive de microempreendedores individuais. A proposta cria o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp), destinado a todas as empresas optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples Nacional, inclusive às que estiverem em recuperação judicial.

Para o senador Jorginho Mello, a não votação da proposta será um crime contra as micro e pequenas empresas, que, segundo ele, são responsáveis por 58% dos empregos no Brasil. "O micro e pequeno empresário não têm culpa nenhuma se tem alguma votação com preferência entre Câmara e Senado. Eles estão morrendo, eles vão ser excluídos pela **Receita Federal**, vão sair do Simples se a gente não conseguir votar esse Relp, que é um socorro merecido, já aprovado no Senado e está lá na Câmara por mais de dois meses esperando, isso não é correto, não é justo, é um crime contra os micro e pequenos empresários", afirmou.

Em Minas, quase 600 mil micro e pequenas empresas optam pelo Simples Nacional.

Quem adere ao sistema consegue uma série de vantagens, inclusive em relação ao valor e forma de pagamento dos **impostos**. A lei considera microempresas as pessoas jurídicas com faturamento de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses. Já as empresas de pequeno porte são aquelas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões nos

últimos 12 meses.

Estão incluídos no Simples Nacional os seguintes **impostos**: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); PIS- -Pasep/contribuição; Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins); Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Patronal Previdenciária (CPP); e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS).

Condições - De acordo com o Senado, a adesão ao Relp implica confessar o débito e aceitar as condições de forma irrevogável e irrevogável; pagar regularmente as parcelas e os débitos que venham a vencer a partir da data de adesão, inscritos ou não em dívida ativa; e abrir mão de incluir esses mesmos débitos em qualquer outro Refis posterior. Com a entrada no Relp a empresa também deve cumprir regularmente suas obrigações com o FGTS.

Para incluir no programa débitos em discussão administrativa ou judicial, a empresa terá que desistir das impugnações, recursos administrativos e ações judiciais em relação a eles e renunciar a qualquer direito que alega ter. Poderá haver desistência parcial, desde que seja possível separar o débito a ser incluído no Relp da dívida que se queira questionar. A comprovação da desistência e renúncia às ações judiciais deverá ser apresentada e o contribuinte fica isento do pagamento de honorários sobre essas demandas.

Após a adesão, o contribuinte que não pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas do Relp; não pagar uma parcela se todas as demais estiverem pagas; ocultar bens para não pagar; tiver falência decretada, a empresa liquidada ou o CNPJ declarado inapto; tiver seus bens penhorados ou indisponíveis por decisão da Justiça em razão de execução de débitos fiscais; não pagar os **tributos** a que está sujeito por três meses consecutivos ou seis alternados; e que não cumprir suas obrigações com o FGTS será excluído do programa.

A adesão ao Relp implica na manutenção automática de eventuais alienações de bens, de penhoras e indisponibilidades de bens decretadas pela Justiça e das garantias dadas administrativamente nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial, exceto no caso dos imóveis penhorados ou oferecidos em

garantia de execução, em que o devedor poderá requerer a alienação por iniciativa particular.

O Sebrae apoia o PLP 46/2021 e ressalta que as empresas terão uma dificuldade muito grande, caso o projeto não seja aprovado neste ano.

"De 2020 para 2021, não houve exclusão por inadimplência, devido à pandemia.

Da forma que está hoje, o parcelamento convencional do Simples não é viável. É preciso haver redução de multas, dar condições de prazo para que a pequena empresa consiga acertar as dívidas tributárias e permanecer no Simples. Com a aprovação do projeto, as parcelas iniciais serão mais baixas e quanto maior a perda de faturamento de março a dezembro de 2020, em comparação com o mesmo período do ano de 2019, menor as parcelas iniciais (oito primeiras), o que dá fôlego para as MPEs", afirma a analista do Sebrae Minas, Ariane Vilhena.

A **Receita Federal** não informa o número ou nome de empresas que receberam o aviso de exclusão aqui no Estado, alegando que seria quebra de sigilo fiscal.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-12-2021/>



## País tem que buscar autonomia no setor

Para o deputado federal Dr. Luzinho (PP-RJ), é cada vez mais premente a necessidade de o Brasil adquirir autonomia na saúde. Para ele, que é médico de formação, a soberania do país no setor se mostrou ainda mais necessária com a pandemia da covid-19. Participante do primeiro painel do CB Fórum Live ? Inovação além do tratamento, que tratou sobre a inovação além do produto na indústria farmacêutica, o parlamentar defendeu a aprovação de projetos de lei que facilitem a entrada de empresas estrangeiras para a produção de insumos e materiais de saúde no país.

No evento, realizado pelo Correio Braziliense, com patrocínio da Roche Farma Brasil, o deputado lembrou que o Brasil é o maior comprador do mundo de artigos de saúde. "Para que a inovação científica traga um benefício direto à nossa população, quero acoplar a inovação e o avanço da tecnologia à geração de emprego e renda", salientou.

A fim de unir inovação e vagas no mercado de trabalho, Dr. Luizinho apresentou um projeto de lei, em 2019, para instituir a Estratégia Nacional de Saúde. "Ela faz com que o Brasil possa trazer e considerar empresas estratégicas para a área de saúde. Empresas que venham produzir materiais, medicamentos e insumos, tentando trazer a soberania para o Brasil no campo da saúde", observou.

Ele acrescentou que o país é um mercado que não pode ser desprezado e que seria do interesse de todos os gigantes do setor de saúde. "Somos o grande comprador do mundo. Podemos garantir que empresas venham se instalar no nosso território, tragam projetos de excelência, com a garantia de aquisição de medicamentos, insumos e materiais", pontuou. O texto que elaborou para o PL 2.583/19 está pronto para ser pautado na Comissão de **Seguridade Social** e Família, que o deputado preside.

Dr. Luizinho indicou que a pandemia mostrou que o Brasil precisa se preparar e aprender lições. A covid-19 fez o país sofrer com o atraso no recebimento de insumos para a produção da vacina; com a crise de oferta de insumos, como a do oxigênio, em Manaus, em janeiro deste ano; e até mesmo com a baixa disponibilidade de equipamentos de proteção individual ? como álcool, luvas e máscaras de proteção, cujos preços dispararam no começo da pandemia.

"Países como China e Índia, em momentos de dificuldade, retêm os insumos e atendem quem eles

querem. O Brasil precisa de autonomia nessa área", apontou. O deputado salientou, ainda, que o país precisa rever o marco legal da pesquisa clínica. "O Brasil recebe menos pesquisas clínicas do que a Argentina", lamentou.

Nesta pandemia, o país desenvolveu pesquisas das vacinas contra a covid-19 para tentar enfrentar a transmissão descontrolada do vírus que se viu até abril passado.



# Em defesa dos pobres e vulneráveis (Artigo)

*Dom Walmor Oliveira de Azevedo; presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); José Carlos Dias, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns - Comissão Ams; Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Paulo Jeronimo de Sousa, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*

Nós, entidades signatárias do Pacto pela Vida e pelo Brasil, historicamente comprometidas com a defesa do Estado democrático de Direito, os direitos humanos e a justiça social, acompanhamos com preocupação a multifacetada crise que o país atravessa. Enlutados pelos mais de 615 mil mortos da Covid-19 e solidários com seus familiares, manifestamos nossa perplexidade com a forma pela qual a população mais pobre e vulnerável vem sendo tratada, quando as consequências da pandemia assombram o Brasil.

A crise sanitária escancarou um país injusto e desigual, com altos índices de desemprego e insegurança alimentar. A Constituição prescreve, no seu art. 6º, que são direitos sociais do povo brasileiro "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a **Previdência social**, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados". Direitos sociais não são favores de governos, mas deveres do Estado.

Quando o Brasil mais necessita de políticas públicas eficientes e equilibradas, assistimos à extinção pelo governo federal do Bolsa Família, programa testado, aprovado e reconhecido nacional e internacionalmente como um dos maiores instrumentos de transferência de renda já implementados. Some-se a isso o fim do auxílio emergencial, que foi essencial em tempos da pandemia.

Em 2020, esse auxílio foi pago a 68,3 milhões de pessoas, segundo o Ministério da Cidadania. Em 2021, caiu para 39 milhões. Agora, cria-se o Auxílio Brasil, um programa de governo com fortes suspeitas de motivação eleitoral, para atender apenas 17 milhões de famílias. Depois de votada no Congresso Nacional, a MP do Auxílio Brasil confirma a exclusão de pelo menos 4 milhões de famílias que seriam elegíveis ao benefício, cujo atendimento ficará à mercê de haver ou não espaço orçamentário. Seja como for, os patamares adotados estão muito aquém do estágio

atual da pobreza no país.

Nossa preocupação se agrava ao dar conta de que, para viabilizar o Auxílio Brasil, manipula-se econômica e politicamente o dinheiro público. Primeiro, ao se propor como fonte de sustentação do programa recursos vindos do não pagamento de precatórios, dívidas que o Estado tem não só com estados ou municípios, mas com pessoas. E, no jogo pela aprovação do novo benefício, vem à tona o estranho relacionamento entre Executivo e Legislativo, sob a forma de um "orçamento secreto". Ou seja, de verbas públicas que, através de artifícios regimentais, são direcionadas a parlamentares "comprometidos com o governo".

Diante desses fatos e do quadro social vigente, as entidades que subscrevem este artigo assumem o compromisso de acompanhar as tratativas entre Congresso e governo federal para que não se prejudique e ou se retarde a implementação de políticas públicas urgentes em favor dos mais vulneráveis, que não podem ser deixados à margem como se fossem culpados da sua condição!

Conclamamos a sociedade civil a exigir do Congresso a criação de um efetivo programa de transferência de renda de proporções compatíveis com o desemprego e a fome que hoje castigam expressiva parcela da população brasileira. E que esse programa esteja acompanhado do fortalecimento do SUS, sem o qual muitos brasileiros não reagirão ao duro legado da Covid-19.

[...] Conclamamos a sociedade civil a exigir do Congresso a criação de um efetivo programa de transferência de renda de proporções compatíveis com o desemprego e a fome que hoje castigam expressiva parcela da população brasileira. E que esse programa esteja acompanhado do fortalecimento do SUS, sem o qual muitos brasileiros não reagirão ao duro legado da Covid-19

Dom Walmor Oliveira de Azevedo; presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); José Carlos Dias, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns - Comissão Ams; Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Paulo Jeronimo de Sousa, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira

para o Progresso da Ciência (SBPC)

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**52**

# Juros do consignado do INSS vão subir de 1,80% para 2,14%

*Cristiane Gercina e Luciana Lazarini*

Os juros do crédito consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) vão subir a partir de janeiro. A nova taxa será de 2,14% para o empréstimo pessoal consignado e de 3,06% para o cartão de crédito. Hoje, os juros são de 1,80% e de 2,7%, respectivamente.

A alta de 18,9% no empréstimo e de 13,3% na taxa do cartão de crédito foi um pedido dos bancos, após queda nos juros durante a pandemia e um longo período de "congelamento". Desde março de 2020, menos de um mês depois de a Covid ter chegado ao país, as taxas do consignado caíram e permanecem no mesmo patamar.

Os novos juros foram autorizados pelo CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) após reunião nesta segunda-feira (6). O reajuste foi atrelado a políticas de educação financeira para os aposentados e pensionistas do **INSS**, que deverão ser custeadas pelas instituições bancárias, mas cujos pontos principais serão debatidos e definidos pelo conselho.

Em nota, a Febraban afirma que a alta era necessária para que a oferta de crédito do tipo continue sendo feita a aposentados e pensionistas. Segundo a instituição, o principal custo das operações de crédito consignado é o de captação.

"Os bancos entendem ser importante evitar que o custo de captação e das despesas do crédito consignado inviabilizem a concessão de benefícios a uma parcela significativa desses aposentados e pensionistas, particularmente neste período de final e início de ano", diz o texto.

De acordo com a federação, além de ser a modalidade de empréstimo mais barata, o consignado desempenha um papel importante na vida do aposentado, que utiliza o tipo de crédito para custear dívidas, pagar exames e remédios, além de contas do dia a dia.

A Febraban informa ainda que a concessão do consignado tem caído nos últimos meses. A queda no volume foi de R\$ 9,37 bilhões, em abril deste ano, para R\$ 7,18 bilhões, em outubro, segundo dados do

Banco Central. Além disso, 1,6 milhão de aposentados ficaram sem o crédito consignado entre junho e outubro de 2021.

O **INSS** diz que, ao considerar a taxa real de juros no país, o novo índice é o menor desde 2015. "Os conselheiros reconheceram a necessidade de alterar a taxa para se adequar às oscilações do mercado financeiro e ressaltaram a importância da educação financeira para aposentados e pensionistas do **INSS**." O consignado do **INSS** é controlado pelo CNPS e tem regras próprias. Dados de 2020 mostram que, segundo o **INSS**, havia 195,6 milhões de consignados ativos no país. Somente neste ano, foram 37,8 milhões de novos contatos.

Dentre as regras controladas, estão os juros máximos decididos pelo conselho, além da quantidade de meses para pagar e do limite que pode ser emprestado pelo aposentado. Até o fim de 2021, esse limite de empréstimo está em 40% do benefício: são 35% para o empréstimo e 5% para o cartão de crédito.

A partir de 2022, as normas devem voltar ao que valiam antes da pandemia, e o aposentado ou pensionista poderá comprometer até 35% de sua renda mensal com essas dívidas: 30% para o empréstimo e 5% para o cartão de crédito consignado.

Até dezembro de 2021, o número máximo de parcelas mensais para pagar a dívida segue ampliado de 72 para 84 meses (de seis para sete anos de pagamento). A partir de 2022, volta a ser de 72 meses.

Neste ano, desde março, o BC voltou a subir a taxa de juros Selic, o que reflete nos juros cobrados de empresas e pessoas físicas. Nesta quarta (8), a previsão é que haja aumento de 1,5 ponto percentual na Selic, de 7,75% para 9,25%.

A advogada Tonia Galletti, coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), que participa do CNPS como representante dos aposentados, afirma que a forma encontrada para que haja menos prejuízo com a alta dos juros foi estabelecer um compromisso de que haverá programa de educação financeira e previdenciária para aposentados, pensionistas e suas famílias.

Segundo ela, a proposta dos bancos de elevar os juros do consignado foi feita em outubro, às vésperas da reunião mensal. Na ocasião, o conselho chegou a debater a medida, mas negou o aumento. Na época, os bancos pediam juros de 2,70% para o empréstimo consignado e de 3,20% para o cartão de crédito.

Após a negativa, os bancos apresentaram nova proposta, com juros menores, que foi debatida em um grupo de trabalho definido para tratar de outros assuntos sobre o crédito consignado e acabou sendo aprovada na reunião desta segunda.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49752&anchor=6446733&pd=4d8e15c94b79428729a5a66fd0ade5d1>**

# Órfão de feminicídio vive trauma da morte da mãe e prisão do pai

**Flávia Mantovani e Mathilde Missioneiro**

Na casa onde moram em Manaus, os irmãos Alice, n, e Lucas, 10, brincam de entrevistai" um ao outro com o gravador da reportagem. "Qual é a sua matéria preferida na escola?"; "O que você quer ser quando crescer?"; "Você sente saudade da sua mãe?".

A última pergunta sugere a dor da perda compartilhada pelas crianças: elas tinham 6 e 4 anos quando presenciaram a mãe ser assassinada pelo marido, em 2016. Aos 23 anos, Josilene Ferreira de Araújo foi espancada, esfaqueada e asfixiada com um travesseiro. Depois do crime, Diego do Nascimento Pacheco deixou o corpo da esposa no quarto dos filhos, embrulhado em um lençol.

Órfãos da mãe e com o pai preso, Alice e Lucas passaram a ser criados pelos avós e fizeram terapia durante três anos para aprender a seguir adiante após o trauma (os nomes das crianças foram trocados nesta reportagem). Alice testemunhou no julgamento do pai, que foi condenado a 17 anos de prisão em 2019.

Josilene foi vítima de um crime violento que se mantém em um patamar elevado no Brasil: o assassinato de mulheres por sua condição de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres. Foram ao menos 1.350 feminicídios no ano passado, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Já Alice e Lucas são vítimas ocultas desse mesmo crime, apesar de não constarem em nenhuma estatística oficial.

Hoje, passados cinco anos, eles já conseguem sorrir e brincar. Mas foi um longo processo de recuperação, acompanhado pela avó, Laíde Ferreira de Lima, 63, que lidava com seu próprio luto pela morte da filha caçula. "Dormi com eles na cama durante três anos. Nem no banheiro eles tinham coragem de ir sozinhos", lembra. "Eu peço forças para cuidar dessas duas crianças que Deus deixou para mim. Eles dois são a minha vida."

O relato de Laíde sobre o relacionamento da filha tem elementos comuns a outros crimes do tipo. Josilene conheceu Diego aos 15 anos e não demorou a engravidar. O companheiro não a deixava estudar nem trabalhar, tentava afastá-la da família e a impedia até de ter seu próprio celular, por ciúmes. Abusava de

álcool e drogas e já tinha agredido a esposa muitas vezes antes de matá-la. Depois, pedia desculpas, trazia presentes e dizia que ia mudar.

"Ele vinha mansinho, carinhoso com ela e com as crianças, levava ela para jantar. Era manipulador", afirma Laíde. "E ela gostava muito dele. Dizia que tinha fé que iria tirá-lo das drogas, que iria mudá-lo."

Diego matou Josilene depois que ela decidiu se separar dele, outro padrão em feminicídios. Segundo Laíde, a filha descobriu que ele a traía com um homem e desistiu da relação. "Nessa mesma semana ele tirou a vida dela. Ele planejou", diz.

O feminicídio foi incorporado ao Código Penal brasileiro em 2015, como um homicídio qualificado que ocorre em casos de violência doméstica ou de "menosprezo ou discriminação à condição de mulher", e prevê uma punição aumentada -de 12 a 30 anos de prisão. Quando é praticado na presença de filhos ou pais da vítima, a pena pode ter acréscimo de um terço até a metade.

Não há dados nacionais sobre o número de filhos deixados pelas vítimas de feminicídios. Segundo uma projeção feita pelo FBSP a pedido da Folha, com base na taxa de fecundidade por mulher e nos dados desse crime em 2020, estima-se que no ano passado fossem cerca de 2.376.

Algumas regiões têm levantamentos mais precisos, como o Distrito Federal, onde desde 2015 as 102 vítimas de feminicídios que eram mães deixaram 148 crianças e 90 adultos órfãos até setembro deste ano. Uma lei sancionada em agosto criou no DF um programa de assistência a essas crianças.

No estado do Rio de Janeiro, segundo um dossiê do Instituto de Segurança Pública, das 78 vítimas de feminicídios em 2020, 67% tinham filhos. Em 15 ocasiões, eles presenciaram o assassinato da mãe.

Em São Paulo, um estudo do Ministério Público que analisou 364 denúncias entre 2016 e 2017 mostrou que de cada quatro feminicídios, um foi cometido diante de outra pessoa. Em mais da metade dos casos, essas vítimas secundárias eram os filhos: 43% presenciaram o ataque e 14% também foram agredidos.

No Amazonas, um projeto da Defensoria Pública acompanhou os órfãos deixados por 11 vítimas. A média no grupo é de três filhos por mulher, mais de 70% deles com menos de 12 anos de idade. Em 9 dessas famílias, a guarda ficou com as avós maternas.

"Essas crianças perdem duas vezes. Elas tinham pai e mãe e do nada ficam sem os dois", afirma Márcia Moraes, assistente social desse projeto. "E as avós maternas ficam extremamente sobrecarregadas. De repente passam a ser responsáveis por uma ou mais crianças, muitas já vivenciam o cansaço ou as doenças da idade. Como vão trabalhar? Esses danos são invisíveis às políticas públicas."

Moraes defende políticas específicas para essas famílias, com protocolos de atendimento e direito a uma pensão.

Um projeto de lei apresentado em 2020 pela deputada federal Erika Kokay (PT) propõe que os filhos de vítimas de feminicídio tenham acesso facilitado a assistências médica, psicológica e jurídica, além de prioridade na lista de adoção, se for o caso. O PL foi encaminhado à Comissão de **Seguridade Social** e Família e já teve parecer positivo da relatora, mas ainda não há previsão de quando será votado.

Especialistas consideram a violência de gênero hiperendêmica no Brasil -expressão que descreve doenças persistentes e de alta incidência. E o encontro dessa endemia com a pandemia de Covid-19 não favoreceu as mulheres, que passaram mais tempo isoladas, convivendo com seus agressores e em meio à tensão da perda de renda familiar.

Se por um lado em 2020 caíram as denúncias de violência doméstica, os pedidos de ajuda ao 190 (número de emergência da polícia) cresceram e o número de feminicídios se manteve estável, o que sugere uma maior dificuldade para denunciar.

"Cai a vitimização de mulheres na rua e sobe a vitimização de mulheres em casa", diz Samira Bueno, diretora executiva do FBSP. "E mesmo os principais autores sendo o companheiro ou o ex, neste ano começaram a aparecer outros familiares, como pai e mãe, padrasto, madrasta, irmãos e, no caso das mulheres maiores de 60 anos, o filho."

Uma pesquisa feita pelo FBSP com o Datafolha mostrou que uma em cada quatro brasileiras disse ter sofrido, no primeiro ano da pandemia, alguma violência -física, sexual, psicológica ou verbal.

Segundo Bueno, o número de feminicídios pode ser maior, pois alguns casos são erroneamente

classificados como homicídios comuns. Em 2020, por exemplo, 14,7% dos homicídios femininos tiveram como autor o parceiro ou ex-parceiro íntimo, o que deveria torná-los automaticamente um feminicídio.

Quando o assassino não é o companheiro da vítima, há ainda mais subnotificação. "Feminicídio não precisa ser decorrente de violência doméstica. A mulher pode não conhecer o autor. Um estupro seguido de morte é um feminicídio. Esses casos a polícia pode ter dificuldade de avaliar", diz.

No ano passado, 8 em cada 10 feminicídios foram cometidos pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima, e mais da metade ocorreu dentro de casa. Os estados com maiores taxas desse crime foram Mato Grosso, Roraima, Mato Grosso do Sul e Acre.

O instrumento usado para matar é o grande diferencial para outros homicídios. Enquanto 64% dos demais assassinatos de mulheres são cometidos com armas de fogo, em 55% dos feminicídios os agressores usam armas brancas como facas, tesouras ou pedaços de madeira. Por ser um crime de ódio cometido em casa após uma série de outras violências, a pessoa usa o que encontra pela frente.

"O autor do feminicídio não segue o estereótipo do sujeito criminoso. Ele é o cidadão de bem, pai de família, bom profissional, o amigo legal", diz Bueno. "Por isso muita gente desencoraja a mulher a denunciar. A violência doméstica ainda é justificada socialmente."

A funcionária pública Sônia Oliveira, 60, sabe bem o que é isso. Durante 40 anos, ela foi agredida, xingada e humilhada pelo companheiro. Fora de casa, porém, ele era "um lorde", conta. "O comportamento social dele era outro. Até hoje o pessoal fica admirado [quando sabe que ela foi vítima de violência]."

Os dois se conheceram quando Sônia tinha 18 anos. "Foi o único homem da minha vida. Logo no primeiro ano, ele me deu uma surra tão grande. Só que no começo a gente não percebe a agressividade. Eu pulava a pedra e seguia em frente", diz.

Foram muitas pedras nessas quatro décadas. "Qualquer coisa que eu reclamasse ele vinha para cima de mim. Uma vez ele correu atrás de mim com um terçado [um tipo de facão]. Ele me batia na frente do meu filho, me xingava dos piores nomes."

Para justificar os hematomas, Sônia inventava desculpas para os familiares, dizendo que um ventilador tinha caído em cima dela ou que o cachorro a havia derrubado. Ela chegou a chamar a polícia algumas vezes.



Mas foi só neste ano, após a morte da mãe, que teve coragem de denunciar o agressor, pedir uma medida protetiva e se divorciar. "No momento em que a polícia apareceu, ele era outro homem. Ele nunca imaginou que eu chegaria ao ponto de denunciar. Na verdade ele é um frouxo. E eu não imaginei que fosse tão forte."

"A coragem dos agressores é quando eles estão sozinhos com as vítimas. Quando veem que podem ser presos, ficam com medo. A medida protetiva tem funcionado", afirma Carol Braz, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Amazonas.

Braz lembra que a violência doméstica não é só física. Pela lei Maria da Penha, pode ser também psicológica (ameaças, vigilância constante), moral (xingamentos, calúnias), patrimonial (controlar o dinheiro da mulher, destruir bens pessoais) e sexual.

Ela diz que faltam políticas públicas que permitam que as mulheres tenham condição de sair da relação. "Não é só a gente dizer: 'denuncie, rompa esse ciclo de violência, seja independente'. Na prática, como ela vai trabalhar se o Estado não garante creche para os filhos, escola em tempo integral, acesso a planejamento familiar? Ela precisa ter condições de buscar essa autonomia."

Em 2020, apenas R\$ 35 milhões dos R\$ 120,8 milhões do orçamento para políticas de proteção a mulheres foram executados, mostra um levantamento da organização Think Olga. "Olhando para a curva ano a ano de 2014 a 2020, o que tem havido é um decréscimo de gastos na pasta de políticas para as mulheres, enquanto os casos de violência contra elas só aumentam", diz o relatório.

A pesquisa do FBSP sobre as mulheres na pandemia confirmou que a autonomia financeira pode ser "uma rota de fuga para a violência doméstica". "Imaginávamos que o confinamento com o agressor fosse o fator determinante, mas o que elas mais frisaram foi a dependência econômica, a perda de emprego e renda", diz Samira Bueno.

Ela cita outros obstáculos, como a revitimização sofrida nos órgãos da Justiça ao denunciar, a falta de delegacias especializadas em 90% dos municípios e o vínculo da vítima com o agressor. "É uma relação afetiva. Romper o ciclo da violência é um caminho tortuoso, é comum que leve muitos anos."

Sônia Oliveira, que se divorciou após décadas de agressões, diz que dói ver que "o tempo passou" por ela. Mas hoje sente que está "de pé". "Olhei para trás

e vi que eu não tive vida. Ele nunca pegou na minha mão, eu nunca andei de braço dado com um namorado", diz. "Mas eu quero chegar a sorrir ainda, né?"

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49752&anchor=6446733&pd=4d8e15c94b79428729a5a66fd0ade5d1>**



# Juros do consignado aumentam em Janeiro

Os juros do crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão subir a partir de janeiro de 2022. A nova taxa será de 2,14% para o empréstimo pessoal consignado e de 3,06% para o cartão de crédito.

Atualmente, os juros são de 1,80% e de 2,7%, respectivamente.

A alta de 18,9% no empréstimo e de 13,3% na taxa do cartão de crédito foi um pedido dos bancos, após queda nos juros durante a pandemia e um longo período de "congelamento".

Desde março de 2020, menos de um mês depois de a covid ter chegado ao país, as taxas do consignado caíram e permanecem no mesmo patamar.

Os novos juros foram autorizados pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) após reunião na manhã desta segunda-feira.

O reajuste foi atrelado a políticas de educação financeira para os aposentados e pensionistas do **INSS**, que deverão ser custeadas pelas instituições bancárias, mas cujos pontos principais serão debatidos e definidos pelo conselho. Em nota, a Febraban afirma que a alta era necessária para que a oferta de crédito do tipo continue sendo feita a aposentados e pensionistas. Segundo a instituição, o principal custo das operações de crédito consignado é o de captação.

De acordo com a federação, além de ser a modalidade de empréstimo mais barata, o consignado desempenha um papel importante na vida do aposentado, que utiliza o tipo de crédito para custear dívidas, pagar exames e remédios, além de contas do dia a dia.

A Febraban informa ainda que a concessão do consignado tem caído nos últimos meses. A queda no volume foi de R\$ 9,37 bilhões, em abril deste ano, para R\$ 7,18 bilhões, em outubro, segundo dados do Banco Central.

Além disso, 1,6 milhão de aposentados ficaram sem o crédito consignado entre junho a outubro de 2021.

**Site:**

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldeb/brasil/?edicao=14110>

## Priorizar sem vincular (Artigo)

**Bernard Appy**

Imagine uma família em que o marido e a mulher trabalham e cujos salários são alocados pelos seguintes critérios: a) 49% do salário do marido é obrigatoriamente transferido para parentes pobres; b) o salário da mulher só pode ser utilizado para pagar o seguro-saúde e a **previdência complementar** da família e para doações para entidades de assistência social.

Parece estranho, não parece?

Pode acontecer de os 51% que sobram do salário do marido serem insuficientes para comprar comida ou consertar o telhado que está desmoronando, mas ainda assim o salário da mulher não poder ser utilizado para essas finalidades.

Pois é exatamente assim que o orçamento do Brasil está estruturado. 49% da receita dos dois principais **impostos** arrecadados pela União (Imposto de Renda e IPI) é obrigatoriamente destinada aos fundos de participação dos Estados e dos municípios e aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro- Oeste. Já as contribuições sociais - Cofins, PIS/Pasep e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -, que arrecadam cerca de 70% do arrecadado pelos **impostos** federais, só podem ser utilizadas para financiar despesas de saúde e assistência social, além dos benefícios da **Previdência Social** - que também são financiados pelas contribuições previdenciárias.

É inegável que essas despesas são relevantes. O grau de desigualdade regional e o federalismo brasileiro exigem transferências de receita da União para os entes subnacionais e para as regiões menos favorecidas. A rede pública de saúde e os programas de transferência de renda são fundamentais para a redução das desigualdades sociais. O problema é a forma como essas despesas são financiadas.

A vinculação de receitas a determinados fins não apenas torna o gasto rígido, dificultando seu redirecionamento quando mudam as circunstâncias, como dificulta muito a gestão racional da política tributária. Suponha-se, por exemplo, que se pretenda reduzir a contribuição previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e compensar essa mudança com um aumento do imposto de renda sobre a parcela mais rica da população.

No Brasil isso não seria possível, pois quase 50% da receita do imposto de renda precisa ser transferida aos Estados e municípios.

Está na hora de discutirmos os critérios de vinculação de receita em nosso país, sem desproteger áreas importantes das despesas públicas.

A substituição das vinculações por um montante mínimo a ser aplicado em despesas prioritárias, com regras de correção, pode ser um bom caminho.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo atende a bancos e aumenta para 2,14% juros no consignado

**SANDRA MANFRINI BRASÍLIA MATHEUS PIOVESANA**

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem, por unanimidade, o aumento do teto de juros para empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** - aquele com o desconto já na folha de pagamento. A medida era cobrada pelos bancos. A partir do próximo ano, esse teto, que era de 1,80%, voltará para o patamar de 2,14% ao mês, que vigorou até o início da pandemia.

Nas operações realizadas com cartão de crédito, a taxa vai sair de 3% para 3,06% ao mês.

"Importante destacar que, aqui no conselho, nós definimos o teto de juros do consignado, não a taxa que será aplicada", afirmou em nota o secretário de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, Leonardo Rolim.

Segundo o ministério, essa alta na taxa foi motivada pelo aumento da taxa básica de juros, a Selic, e da **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos meses. De acordo com o órgão, os conselheiros reconheceram a necessidade de mudar a taxa para se adequar às oscilações do mercado financeiro. O CNPS deverá publicar uma resolução com a recomendação para o **INSS** alterar o teto das operações de crédito.

Também a partir de 2022 aposentado ou pensionista do **INSS** poderá comprometer até 35% de sua renda mensal com o consignado, sendo 30% para o empréstimo e 5% para o cartão de crédito consignado. Durante a pandemia, esse limite foi ampliado para 40%, no empréstimo, e 5% no cartão de crédito. Já o prazo máximo para quitar o empréstimo cairá dos atuais 84 meses (sete anos) para 72 meses (seis anos) também a partir de janeiro de 2022.

**BANCOS.** Em nota, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) afirmou que a alta no limite dos juros vai permitir uma ampliação da oferta dos financiamentos, que têm custo mais baixo, já que são atrelados à folha de pagamento.

"Os bancos entendem ser importante evitar que o custo de captação e as despesas do crédito consignado inviabilizem a concessão de benefícios a uma parcela significativa destes aposentados e

pensionistas, particularmente neste período de final e início de ano", afirmou a entidade. "O retorno ao patamar de 2,14%, que valeu de março de 2017 a março de 2020, mitigará esse problema." Os bancos vinham pedindo uma revisão do teto anterior, válido desde o começo da pandemia, diante do ciclo de aperto da taxa básica de juros. Como os custos de captação das instituições são atrelados à Selic, houve uma pressão de custos, de acordo com os bancos, que desestimulou a oferta do consignado.

Segundo a Febraban, citando dados do Banco Central, as concessões de empréstimos consignados caíram nos últimos meses, recuando de R\$ 9,37 bilhões, em abril, para R\$ 7,18 bilhões em outubro.

R\$ 7,18 bi foi o total de operações de empréstimo consignado em outubro, de acordo com dados do Banco Central repassados pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). O número, segundo a entidade, vem recuando nos últimos meses, depois de ter chegado a R\$ 9,37 bilhões em abril. A partir de 2022, a taxa máxima nas operações voltará a ser de 2,14%, patamar que existia até o início da pandemia

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Vai pesar no bolso do aposentado

Os juros do empréstimo consignado e do cartão de crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão subir de 1,80% e 2,70% ao mês para 2,14% e 3,06%, respectivamente, a partir de janeiro. As taxas foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) ontem.

O reajuste nas taxas foi um pedido da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que considera o aumento necessário para que a oferta de crédito do tipo continue sendo feita a aposentados e pensionistas. Mas, segundo o CNPS, o que motivou o reajuste foi o aumento da taxa básica de juros (Selic) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos meses.

A pálido do EXTRA, o especialista em finanças Alexandre Prado fez simulações para quem pretende aderir ao consignado pelo **INSS** (veja ao lado). É importante destacar que os prazos são de 84 meses (sete anos) e que o levantamento não leva em conta o Custo Efetivo Total (CE1) do empréstimo, que são taxas e **tributos** que incidem sobre essas operações. Em um dos cálculos, a pessoa que pegar R\$ 3 mil hoje, ainda com juros de 1,80% ao mês, pagará ao final do contrato R\$ 5.841,25, mas, com a taxa de 2,14%, terá que desembolsar R\$ 6.488,50.

- É preciso avaliar bem se as parcelas cabem no orçamento, porque, apesar de ser mais barato que outras modalidades de crédito, os juros estão embutidos-diz Prado Para a professora da Fundação Getulio Vargas (FGV) e planejadora financeira Myri-an Lund, prazos muito alongados - ainda que positivos por diluírem o valor das prestações mensais-são ruins porque estendem demais o pagamento da dívida e podem gerar um efeito bola de neve: - Nem sempre o salário sobe. As prestações de um consignado longo podem acabar pesando no bolso ao longo de muitos anos.

No valor total do empréstimo podem constar ainda taxa de análise de crédito, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e taxas administrativas em geral, entre outras, i

**Site:** <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

# O projeto do PSDB para consertar o Brasil (Artigo)

*João Doria, Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário; pré-candidato do partido à Presidência da República*

As prévias do PSDB confirmaram a vocação democrática do partido e a necessidade de mudarmos o Brasil. Precisamos da ajuda de todos, da união do PSDB e da convergência com outros líderes e agremiações para elaborar, a partir de agora, um projeto nacional inovador e realista. Um projeto que vai consertar o Brasil, sem imposições, nem personalismos. Queremos conquistar corações e mentes para superar a polarização que tem servido para empobrecer o país.

De tudo o que debatemos nas prévias e das experiências que o PSDB semeou ao longo de sua história, podemos listar sete pontos iniciais, que iremos detalhar com especialistas:

1 - Acabar com a fome: o país que é celeiro do mundo não pode ter quase 30 milhões de pessoas vivendo com menos de R\$ 9 por dia. Nosso primeiro olhar será para milhões de brasileiros que hoje se encontram na miséria. Defendemos programas de transferência de renda, sem furar o teto de gastos, com ensino integral para as crianças, programas de geração de renda e emprego. Com contas sustentáveis, fazer reformas não para gerar superávit primário, mas para garantir a inclusão dos mais pobres;

2 - Gerar empregos: emprego é consequência direta do investimento. A melhoria do rendimento médio do trabalhador está ligada à formação educacional e técnica e à competitividade do país. O mercado de trabalho mundial está em transformação, e nós temos que vencer o déficit de produtividade. Novos empregos significam também mais autonomia às famílias;

3 - Atrair investimentos: não haverá crescimento sem investimento. Temos de recuperar a credibilidade internacional para voltar a receber recursos externos. Um dos caminhos mais rápidos para acelerar a atração de investimentos é promover desestatização, PPPs, concessões e privatizações. Seremos o país da infraestrutura, com investimentos privados em aeroportos, portos, ferrovias, rodovias e comunicação 5G;

4 - Responsabilidade fiscal: o Estado precisa caber no

Orçamento. Para isso, é preciso reduzir desperdícios, aprovar a reforma administrativa e definir prioridades do investimento público. Estabilidade econômica, combate à **inflação** e responsabilidade fiscal são marcas das gestões do PSDB e princípios pétreos do Plano Real;

5 - Competitividade: o Brasil precisa estar pronto para as novas batalhas do comércio internacional. Temos de recuperar nossa indústria. Para isso, precisamos aprovar a **reforma tributária** e promover uma transformação pela educação, especialmente a ampliação do ensino de tempo integral e das escolas técnicas. É pela competitividade que vamos transformar investimentos em receitas consistentes;

6 - Agenda ambiental: esse ponto vai além do que é urgente, como combater o desmatamento, as queimadas e o garimpo ilegais na Amazônia. Nos próximos anos, a agenda ambiental será a mola propulsora dos países. Precisamos despontar na produção da ciência e da pesquisa. O Brasil tem de liderar a transição para a economia de baixo carbono, com matriz energética sustentável, indústria 4.0, comunicação 5G e um agro aliado ao meio ambiente. Pagamento por serviços ambientais, remuneração pelo sequestro de carbono e cumprimento dos acordos internacionais. Tudo isso faz parte da nossa agenda ambiental;

7 - Resgatara autoestima: o Brasil tem de recuperar o prestígio internacional. Portanto, precisa de um governo que apresente ao mundo as oportunidades, que saiba dialogar e estabelecer novas formas de cooperação, como fizemos ao testar e produzir vacinas. Um Brasil de paz social e de diálogo, com respeito às instituições, ao equilíbrio dos Poderes e, acima de tudo, com transparência e democracia.

O Brasil precisa sair do círculo vicioso da recessão. O governo Dilma Rousseff (PT) não soube consertar os equívocos da gestão Lula (PT). E o atual governo piorou os problemas herdados. Vendeu sonho e entregou um pesadelo.

Por isso, o debate de 2022 não deve ser entre Jair Bolsonaro e Lula. Ele deve ser entre passado e futuro. Entre recessão e desenvolvimento. Entre desilusão e esperança. É para isso que o PSDB começará a construir, com todos os aliados possíveis, o Projeto

Brasil, para garantir um futuro de desenvolvimento e esperança para o país.

[...] O Brasil precisa sair do círculo vicioso da recessão. O governo Dilma Rousseff (PT) não soube consertar os equívocos da gestão Lula (PT). E o atual governo piorou os problemas herdados. Vendeu sonho e entregou um pesadelo

João Doria, Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário; pré-candidato do partido à Presidência da República

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**52**

# Moronomics - PEDRO FERNANDO NERY

**PEDRO FERNANDO NERY**

Gostaria de ter lido mais livros este ano.

Tudo bem, não devo ter lido menos livros do que os jurados da categoria reportagem do Prêmio Jabuti.

Mas, mesmo assim, queria ter lido mais. Achei, então, que não valeria a pena queimar uma leitura com o livro do Moro, mas a curiosidade me fez ir atrás.

O presidenciável defendeu o pagamento do Auxílio Brasil sem furar o teto de gastos, manifestando-se contrário à PEC dos Precatórios.

Mas isso implica corte de dezenas de bilhões em outras despesas. Quais? Daí fui procurar no livro o que ele pensa.

Só que o livro não traz respostas como essa. É mais um esforço de relações públicas do que uma análise aprofundada dos problemas do País, lembrando os lançamentos do mercado americano. Lá é comum que pré-candidatos se apresentem com autobiografias simpáticas.

Reformas na economia são citadas somente de forma genérica. A surpresa positiva é o tratamento dado à corrupção. Muitos artigos de jornais têm discutido se a candidatura Moro daria ênfase exagerada ao tema, que teria sugado oxigênio em excesso no debate público. Apesar do título (Contra o sistema da corrupção) e dos relatos sobre sua vida profissional, Moro não chega a colocar a corrupção como o problema maior do Brasil.

Ela seria apenas uma forma de prevalência dos interesses privados sobre os interesses públicos, mas esta captura ocorreria "com mais frequência" de outras formas - Moro fala em corporativismo e o patrimonialismo. É esta captura do Estado que impediria o crescimento e nos condenaria à pobreza e à desigualdade: diagnóstico que teria como solução a necessidade de novas lideranças.

Para aí. A ausência de detalhes é tal que a **reforma tributária**, por exemplo, não recebe qualquer menção na obra.

Ela é parte fundamental da agenda contra desigualdade.

São tantas distorções que alcançam até o setor

público, permitindo a quem deveria ser descontado em folha pagar menos Imposto de Renda.

Veja que, segundo os dados da Receita, membros do Judiciário e do MP recebem anualmente R\$ 200 mil em média isentos de pagar qualquer tributo.

Há ainda no livro quatro menções a bolsa, três sendo à Bolsa de Valores e nenhuma ao Bolsa Família. O papel do programa parece ser subestimado pelo candidato - que nos últimos dias aludiu a ideias antigas, como a de uma dicotomia entre transferências de renda e trabalho (em sua filiação) ou a de que o Bolsa Família foi meramente uma mudança de nome feita pelo PT (em entrevista à CNN).

Ainda não há nada para ler sobre a economia de Moro. I

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# A rota da sustentabilidade é urgente (Artigo)

**Paulo Hartung, ECONOMISTA, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA IBÁ, FOI GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2003-2010/2015-2018)**

O ano de 2021, certamente, será um marco para os livros de História.

Além da dolorosa pandemia de covid-19, que ainda está em curso, também chegamos ao momento decisivo com relação ao futuro que estamos legando ao nosso planeta.

O que era mudança do clima tornou-se emergência climática. É sobre a sobrevivência da humanidade que estamos falando.

Os contornos da urgência levaram à busca pelo caminho da convergência. Oportunidades não faltaram: Cúpula do Clima, convocada por Joe Biden; Fórum Mundial de Bioeconomia, realizado em Belém do Pará; COP-15 da Biodiversidade, na China; e a mais importante das Conferências do Clima, a COP-26, em Glasgow.

Esta última encaminhou temas importantes, como o Artigo 6 do Acordo de Paris, responsável pela criação de um mercado global de créditos de carbono, que agora precisa ser regulado.

Já o financiamento climático, essencial para que países mais pobres ou em desenvolvimento possam se adaptar a uma nova realidade climática e de uma economia descarbonizada, não foi endereçado do modo como era necessário. Um tema a ser priorizado, afinal, são os vulneráveis que sofrem mais com os impactos do clima.

O Brasil deu sinais de que busca retomar seu lugar de cooperação na questão ambiental.

O País fez movimentos como a adesão ao Acordo das Florestas e Uso do Solo e à iniciativa sobre emissões de gás metano, somados à revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), com anúncio de neutralidade de carbono até 2050 e fim do desmatamento até 2028. Agora, é preciso cumprir os compromissos anunciados e combater com energia as ilegalidades, em especial o desmatamento.

Uma verdadeira jornada que levou ao Reino Unido milhares de cidadãos de todo o mundo, com destaque para os jovens. O Brasil esteve muito bem

representado por academia, ONGs, iniciativa privada, indígenas, lideranças subnacionais, entre outros. Uma mobilização mundial inédita em torno do tema, que reavivou o sentimento de esperança de que vamos construir uma rota de sustentabilidade.

No entanto, é preciso reconhecer que debates são importantes, mas não bastam para resolver os problemas. As futuras gerações não vão nos julgar pelo que discutimos, mas pelo que fizemos.

A construção de uma economia descarbonizada passa, necessariamente, por uma concertação.

Poder público, com políticas que incentivem o cuidado com o meio ambiente; iniciativa privada, buscando por negócios com menos impactos; e sociedade, por meio do consumo consciente e de movimentos que estimulem os demais atores a agirem dentro de limites sustentáveis.

Neste cenário, o Brasil tem exemplos para inspirar novos caminhos. O setor de árvores cultivadas tem avançado com os dois pés na bioeconomia. Essa realidade vem descrita em detalhes no Relatório Anual da Ibá 2021, lançado em novembro.

Elaborado mais uma vez em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, o material se destaca como uma agenda da pauta verde.

Produção e preservação andam lado a lado. São 9,55 milhões de hectares de árvores produtivas, enquanto mais 6 milhões de hectares são conservados, uma área maior do que o Estado do Rio de Janeiro. Essas florestas estocam CO<sub>2</sub>, um dos principais gases causadores do aquecimento da Terra. O manejo sustentável no campo é atestado pelas principais certificações do mundo, como FSC e PEFC/Cerflor.

A atenção não se restringe ao cultivo. No processo fabril, o setor demonstrou avanço num dos temas mais centrais na atualidade: energia limpa. Somente em 2020, o setor gerou 77,4% de toda a energia que foi necessária para suas operações, demonstrando crescimento em relação ao ano anterior.

Avanços também na questão social: houve incremento na geração de emprego, que passou para 1,5 milhão de oportunidades em cerca de mil municípios no Brasil.

Somados, todos esses esforços de responsabilidade

socioambiental resultam em matéria- prima renovável em milhares de bioprodutos, tornando esta indústria mundialmente competitiva. A receita bruta de 2020 bateu recorde, chegando a R\$ 116 bilhões. Um trabalho que gerou divisas ao País a partir das exportações e deixou **tributos** em diversas regiões. Tudo isso pode ser conferido em detalhes no material disponível no site da Ibá ([www.iba.org](http://www.iba.org)).

O setor de árvores cultivadas se coloca como um dos faróis a iluminar um caminho possível e urgente de negócios sustentáveis e de longo prazo. Esse é um dos vários modelos bem-sucedidos que podem colocar o Brasil - detentor da maior biodiversidade do planeta, da maior floresta tropical e de 12% de água doce do mundo - em sua merecida posição de protagonismo nas questões relacionadas à economia verde.

A convulsão climática é um fenômeno que não se pode mais negar. Seu enfrentamento precisa mobilizar todos os segmentos da sociedade civil e todas as instituições da sociedade política, em todo o planeta.

Pois, como afirmou António Guterres, secretário-geral da ONU, durante a COP-26, "é hora de decidir se paramos com o aquecimento ou se o aquecimento nos para, pois estamos cavando nossa própria cova".

Paulo Hartung, ECONOMISTA, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA IBÁ, FOI GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2003-2010/2015-2018)

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A recidiva do populismo europeu (Editorial)

Após duas décadas de ascensão, havia sinais de que o pico do populismo na Europa ficara para trás. Segundo o monitor do populismo do projeto YouGov-Cambridge, há três anos as crenças populistas começaram a "declinar amplamente" em 10 países europeus. A covid não alterou esse arrefecimento - em muitos casos o acelerou. Mas agora que a Europa voltou a ser o epicentro da pandemia e tem editado medidas restritivas e passaportes de vacinas, os partidos populistas encontraram uma oportunidade de retaliação. Cada vez mais eles têm se colocado na linha de frente do ceticismo antivacina e do libertarismo antilockdown.

Sentimentos populistas são tipicamente mensuráveis pela adesão a duas crenças, a de que as pessoas comuns são exploradas por elites corruptas e a de que a "vontade do povo" deve ser o princípio supremo da política. Com base nesses indicadores, o projeto YouGov-Cambridge apontou "um claro padrão de declínio do apoio ao populismo" durante a pandemia. A hipótese é que ela reforçou a confiança na ciência e, em certa medida, nos governos, em detrimento dos sentimentos antielite e antiespecialistas.

Mas a própria pesquisa aponta que, se a pandemia pode ter reduzido o apoio geral ao populismo, ela também pode ter excitado a radicalização entre as minorias populistas. Com a frustração pública ante a volta das restrições, esse radicalismo parece estar reverberando na população.

Os protestos são difusos e heterogêneos, mas parecem mais comuns no leste do que no oeste; nos países de língua germânica do que entre os latinos; entre os jovens do que entre os velhos; e mais à direita do que à esquerda. Questionamentos aos lockdowns e mesmo a posições cientificamente consolidadas, como a eficácia e a segurança das vacinas, são legítimos. Mas claramente estão sendo instrumentalizados por partidos populistas.

"Repentinamente os populistas por toda a Europa tiveram um batismo libertário", disse em reportagem do jornal Financial Times o cientista político Ivan Krastnev. As certezas que a Europa conquistou nas últimas três crises, ponderou ele, estão sendo revistas. Na guerra ao terror ela se posicionou a favor da privacidade e das liberdades civis, mas a pandemia impôs as maiores restrições desde a 2.<sup>a</sup> Guerra; na crise financeira, ela defendeu a disciplina fiscal, mas agora a dívida pública escalou; e na crise migratória, a Europa defendeu o acolhimento e a integração, mas

com a covid se transformou numa fortaleza.

Como apontou o comentarista político Thomas Hofer, a questão-chave é se os populistas conseguirão fundir as tendências crescentes e variadas de insatisfação a propósito de direitos individuais em algo mais durável relacionado a **tributos**, custo de vida ou às restrições impostas pelas políticas climáticas.

Um estudo do FMI com 133 países entre 2001 e 2018 verificou que a agitação política tende a atingir um pico dois anos após o começo de uma epidemia.

A se confirmar essa tendência, 2022 será um ano turbulento. As forças democráticas precisam estar em guarda.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ativistas temem acordo da Argentina com o FMI

O ativista trabalhista Alejandro Bodart marchou pelas ruas de Buenos Aires há duas décadas para protestar contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), que muitos culpam pelas medidas de austeridade que agravaram a pior crise econômica de todos os tempos na Argentina.

Agora Bodart está na linha de frente novamente, temendo que um novo acordo para rolar US\$ 45 bilhões que a Argentina não pode pagar, aparentemente próximo, significará mais restrições de gastos no país sul-americano, onde mais de uma em cada quatro pessoas vivem na pobreza.

"Haverá resistência social", disse Bodart, secretário-geral do Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST) à reportagem. "Não vemos a possibilidade de um país viável no âmbito de um acordo com o FMI, por isso acreditamos que ele deva ser rejeitado." A visão de Bodart está no extremo da escala, mas ressalta o desafio enfrentado pelo FMI e pelo presidente de centro-esquerda da Argentina, Alberto Fernández, enquanto buscam fechar um acordo que equilibre a responsabilidade fiscal e a necessidade de crescimento.

Argentinos temem o potencial impacto de um acordo sobre os gastos públicos, que têm sido fundamentais para ajudar a sustentar o crescimento neste ano, enquanto o governo pode sofrer um golpe político de qualquer medida de austeridade antes das eleições presidenciais de 2023.

Fernández e seu ministro da Economia, Martín Guzmán, disseram que o novo acordo deve evitar ajustes fiscais que prejudiquem a recuperação econômica após anos de recessão e a pandemia de Covid-19.

Uma fonte do governo disse em novembro que o principal ponto de conflito com o FMI é como reduzir o déficit fiscal sem uma "política de gastos contracionista".

Em vez disso, o governo quer melhorar a arrecadação de **impostos** e obter fundos de outros credores.

Edward Moya, analista da corretora de câmbio Oanda, disse que um novo pacto provavelmente envolveria a terceira maior economia da América Latina tendo que

aceitar algumas decisões desagradáveis.

"A Argentina ainda está lutando contra um terrível problema de dívida, uma crise cambial e falta de reservas, razão pela qual eles não têm dinheiro para pagar o FMI", disse Moya.

"Este filme provavelmente não terminará bem para os argentinos, pois o FMI exigirá grandes cortes nos gastos públicos".

Ômicron - A Argentina detectou seu primeiro caso da variante Ômicron do coronavírus em uma pessoa que tinha viajado à África do Sul, disse na noite de anteontem o Ministério da Saúde do país sul-americano.

O passageiro é um morador de 38 anos da província argentina ocidental de San Luís, que chegou em 30 de novembro vindo da África do Sul em um voo através dos Estados Unidos e tem estado isolado desde então.

A Argentina se juntou a Brasil, México e Chile na lista de países latino-americanos onde foram detectados casos da nova variante.

O paciente envolvido, que foi totalmente vacinado, tinha feito um teste PCR negativo antes da viagem e outro teste de antígeno negativo ao chegar em Buenos Aires, disse o ministério. A pessoa realizou um novo teste após descobrir que colegas em um evento de trabalho na África do Sul haviam testado positivo para a Covid-19.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-12-2021/>

# MP para bancar o Auxílio de R\$ 400

O governo vai editar uma medida provisória para bancar o Auxílio Brasil de R\$ 400 em dezembro aos beneficiários do novo programa de transferência de renda. A MP é necessária porque a PEC dos Precatórios ? que abre espaço no orçamento para pagar o benefício mais robusto ? ainda não foi promulgada pelo Congresso.

Congresso aprovar o projeto.

O valor da liberação do crédito deve ficar em torno de R\$ 2,7 bilhões. Fontes do governo informaram que não dá mais tempo para esperar a promulgação da PEC para garantir os recursos necessários aos pagamentos de dezembro. Por isso, a necessidade da MP.

Os recursos serão provenientes das chamadas "sobras" de verbas obtidas com o auxílio emergencial, benefício concedido durante a pandemia da covid-19, que acabou em outubro, dando lugar ao Auxílio Brasil.

Como o auxílio emergencial era concedido, também, para beneficiários do extinto Bolsa Família, o governo acabou "economizando" recursos para o programa social. Essa sobra será usada, agora, para completar o benefício de R\$ 400 em dezembro.

## Correção

O Auxílio Brasil começou a ser pago só com a correção da **inflação** e com o valor médio de R\$ 217,18 mensais somente para os beneficiários que já recebiam o Bolsa Família antes do auxílio emergencial. O adicional para completar a quantia mínima de R\$ 400 estava aguardando, porém, a promulgação da PEC.

Os pagamentos do Auxílio Brasil tiveram início em 17 de novembro e seguem o calendário habitual do Bolsa Família. O valor médio do novo programa social foi corrigido em 17,84% em novembro, com orçamento próprio do Ministério da Cidadania.

O acerto era que, em dezembro, após a aprovação da PEC, o governo pagaria o complemento ao benefício, que garantirá, a cada família, até dezembro de 2022, pelo menos R\$ 400 mensais. Para o benefício de R\$ 400 em 2022, o governo vai precisar, porém, da promulgação da PEC.

No início de novembro, o presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que transferiu um crédito especial de R\$ 9,36 bilhões do então Bolsa Família para o pagamento do Auxílio Brasil. A sanção ocorreu horas depois de o

## Seis visões do atendimento

Os especialistas convidados para participar do CB Fórum Live ? Inovação além do tratamento deram contribuições importantes para se refletir sobre o atual estágio da saúde no Brasil. As exposições revelaram a complexidade da assistência médica em um país de 212 milhões de habitantes e com profundas desigualdades sociais e econômicas. Nesta página, é possível ler seis perspectivas sobre o estado de saúde do paciente Brasil.

Profundamente impactado pela pandemia de covid-19, o sistema público de saúde combateu bravamente o avanço do novo coronavírus. Ainda assim, o país sofreu com mais de 600 mil mortes e pelo menos 20 milhões de infectados. Nos momentos mais críticos, os brasileiros viram a angústia de compatriotas que não tinham acesso nem mesmo a um tubo de oxigênio. Se não houvesse uma estrutura do SUS, entretanto, o pesadelo poderia ser ainda pior.

Paralelamente aos desafios, o Brasil é capaz de importantes conquistas no desenvolvimento da saúde ? seja no sistema público, seja no mercado privado. E, mais importante: é possível construir pontes entre essas iniciativas.

João Bosco de Oliveira Filho, coordenador-geral do projeto Genomas Raros, é um dos defensores dessa perspectiva. "O setor privado pode contribuir bastante para o desenvolvimento do sistema público de saúde. Com essa associação não vem apenas o recurso, mas também a expertise das outras partes, se complementando", observou.

O esforço conjunto do setor público e privado em favor da integração na assistência médica ao brasileiro é também defendido por Antônio Silva, diretor de Acesso à Saúde da Roche Farma.

"Nosso inimigo, hoje, são as doenças. Aquela visão egocêntrica, do que eu estou fazendo, isso limita a forma como a gente pode acelerar tanto as alianças quanto a inovação", argumentou.

### Falta de transparência dificulta inovação

Cooperação é a palavra-chave para o Brasil, defende o diretor de Acesso à Saúde da Roche Farma, Antônio Silva. "Sozinhos, não vamos fazer. Precisamos juntar parceiros da iniciativa privada, da academia, da iniciativa pública", disse.

Silva citou um exemplo. Em parceria com uma startup,

a Roche criou o programa Pre-viNEO, que atua na prevenção ou detecção precoce dos cinco tipos de câncer mais comuns no Brasil: mama, próstata, pulmão, cólon e colo de útero. Entre outros benefícios, a iniciativa reduz custos do tratamento.

Silva lamenta a falta de transparência, principalmente no setor farmacêutico. "A principal barreira ainda é a falta de confiança entre todos. A gente não tem transparência. Além disso, a insegurança jurídica", disse.

"Nosso inimigo hoje são as doenças. Aquela visão egocêntrica, do que eu estou fazendo, isso limita a forma como a gente pode acelerar tanto as alianças quanto a inovação", finalizou.

### CliqueSUS para entender o paciente

Para André Marques, sócio diretor da AT Saúde e fundador do CliqueSUS, integrar dados do paciente é passo fundamental. "Acontece que o dado está nas mãos do plano de saúde e do laboratório do exame; e quando você quer olhar o histórico do paciente, é muito difícil, seja no SUS (Sistema Único de Saúde), seja no privado", disse.

"Integrando os diferentes atores, todos se beneficiam, pois assim há melhora do sistema e, com isso, diminui a ocorrência de exames desnecessários e do paciente passar em até quatro médicos da mesma especialidade", exemplificou.

Marques comentou os desafios para uma melhor gestão dos dados de saúde. À medida que os dados estão estruturados, segundo o especialista convidado para o CB Fórum, é possível personalizar o tratamento clínico. "Não adianta apenas olhar a foto dele em determinado momento. É preciso entender o que ele fez, por onde passou, a fim de direcionar um tratamento específico", defendeu.

### Ministério precisa tratar doenças raras

Antoine Daher, presidente da Casa Hunter e da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas), defende avanços no tratamento de doenças raras. "A iniciativa pública investe aproximadamente 4% do PIB. O maior investimento nesse quesito vem da iniciativa privada, com aproximadamente 5% de investimento", comparou.

O volume de recursos públicos, observou Daher, é



insuficiente e mal administrado. "O Brasil tem hoje aproximadamente 200 milhões de habitantes, com 77% deles dependendo exclusivamente do SUS para ter acesso à saúde. Ainda que o orçamento do Ministério da Saúde seja o segundo maior, apenas atrás da previdência, o sistema é muito ineficiente. Gastamos muito mal o pouco que temos", criticou.

"O investimento na atenção primária de saúde é urgente, para garantir o melhor acesso à saúde, diagnósticos precoces, o encaminhamento dos pacientes de média e alta complexidade, para o tratamento especializado a tempo de se conseguir reverter situações reversíveis e salvando muito mais vidas", afirmou.

Primeira infância, o melhor momento

A atenção primária à saúde evita diversos problemas e facilita no tratamento ou controle de doenças. É o que explicou a oficial de saúde do Unicef, Stephanie Amaral.

O órgão ligado à ONU mantém a plataforma Unidade Amiga da Primeira Infância (UAPI). "A Unicef traz uma mandala que é um modelo de atenção integral à criança que apresenta os cinco principais pilares para que a criança tenha um desenvolvimento pleno. Inclui a saúde, a nutrição, o cuidado responsivo, a proteção e a aprendizagem precoce", explicou.

A atenção primária na infância é fundamental. "É na atenção primária onde a gente tem o primeiro ambiente e o mais propício para identificação de alterações no desenvolvimento, da necessidade de um acompanhamento especializado", contextualizou.

"Quando a gente fala de crianças com deficiência ou doenças raras, quanto antes forem identificadas, maior é a probabilidade de se desenvolverem da melhor forma possível", destacou.

Tecnologia para prevenir o câncer

Cofundador e diretor presidente do Instituto Tellus, Germano Guimarães, descreveu projetos que visam a inovação tecnológica na área da saúde. O primeiro citado foi o Cuida Mama.

De acordo com o especialista, o projeto se consistiu em três pilares: facilitar a comunicação e a troca de informação entre mulheres e profissionais da saúde; (re)organizar a experiência do serviço de saúde; identificar novos parâmetros para o cuidado do câncer de mama.

Outro projeto apresentado foi o Engajamento Digital na Saúde (EDS). A ideia é implementar novas tecnologias

para melhorar o atendimento nas unidades básicas de saúde. "Uma das maiores barreiras do serviço de saúde é a tecnologia que podia facilitar a vida do paciente", conta.

Criamos um aplicativo que busca facilitar o agendamento do paciente, ele acessa por lá e vê a agenda da UBS do seu bairro. Muitos esquecem que têm a consulta, então o sistema manda uma mensagem lembrando da consulta três dias antes", explicou Guimarães.

Projeto já ajudou duas mil crianças

Coordenador-geral do projeto Genomas Raros, João Bosco Oliveira Filho destacou a importância da colaboração público-privada no programa que ajuda a desenvolver ferramentas para diagnósticos de doenças raras.

"Essas parcerias são importantíssimas para acelerar o desenvolvimento, para implantação e a avaliação de novas tecnologias dentro do SUS. E uma dessas iniciativas recentes é na área de genética, principalmente na assistência para pacientes de doenças raras", destacou.

O projeto Genomas foi lançado em 2020, com objetivo de incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de genômica e saúde de precisão no âmbito do SUS. "O uso da genética pode ajudar de forma extremamente clara para que esses pacientes tenham diagnóstico rápido, que é o principal problema das doenças raras." O projeto sequenciou, somente este ano, o genoma de mais de 2.000 pacientes, a maioria crianças.



# Passagens aéreas sobem 45,3%

**Maria Eduarda Angeli\*, João Vitor Tavares\***

Levantamento da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apontou alta de 45,3% no valor das passagens aéreas no terceiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado. Com isso, a média de preços para uma pessoa viajar em território nacional passou de R\$ 289,87 para R\$ 529,93 ? a mais alta desde 2013. A média do quilômetro voado por passageiro subiu 57%.

A análise da Agência também mostrou que, de janeiro a setembro deste ano, 42% das passagens domésticas foram vendidas por, no máximo, R\$ 300. As maiores altas em um ano ficaram por conta da Gol, com 54,2%. Em segundo lugar vem a Latam (44,1%), seguida pela Azul (37,2%). As três companhias juntas representam 99,5% do tráfego aéreo comercial brasileiro.

Com a abertura das fronteiras, a flexibilização das restrições sanitárias contra o novo coronavírus e o avanço da vacinação no país, o fluxo de passageiros têm aumentado significativamente, elevando a receita das companhias aéreas. A demanda deve aumentar ainda mais com as festas de fim de ano e a expectativa da alta temporada no carnaval, o que pode empurrar os preços ainda mais para cima.

Respício Espírito Santo, professor de Tráfego Aéreo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explicou que o valor das passagens é definido por dois diferentes fatores: custo e concorrência. O primeiro é tradicionalmente elevado no Brasil, já que grande parte das despesas das empresas ? como treinamento de pilotos e softwares ? é paga em dólar, que está valorizado em relação ao real.

Já a concorrência não interfere nos custos, mas bastante no preço final: "No Brasil, temos basicamente Gol, Azul e Latam. Então, tem pouquíssima concorrência", frisou o especialista.

José Passos da Silva Neto, especialista em cartões de crédito e milhas aéreas, listou outros motivos para a alta das passagens. "O primeiro é a inflação pós-pandemia. Com a desaceleração econômica e diminuição da produção, os bens ficaram mais caros. Isso tudo, aliado ao aumento da oferta monetária pelos governos, contribuiu para o evento inflacionário", diz.

O segundo aspecto, conforme Passos, é a demanda reprimida. "Ficamos mais de um ano com altas

restrições para viagens. Em 2021, muitas dessas restrições caíram, causando uma busca excessiva por passagens aéreas. Uma demanda muito alta num cenário de oferta estagnada causa aumento de preços", explicou.

Embora o cenário seja de melhora na receita, as companhias aéreas seguem apresentando resultados negativos. A Azul reportou prejuízo líquido de R\$ 2,2 bilhões no terceiro trimestre, 82,4% a mais do que no mesmo período do ano passado. Para a Gol, o prejuízo foi de R\$ 2,5 bilhões, ao passo que a Latam registrou perda de quase R\$ 4 bilhões, 21% a mais do que em 2020.

\*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

## Inflação sem trégua

O mercado financeiro continua apostando na alta da inflação. Segundo relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, a mediana das previsões para o IPCA indica que o país poderá ter, em 2022, o segundo ano consecutivo de rompimento da meta de inflação. A projeção para o ano que vem subiu de 5% para 5,02%, contra 5% do teto da meta. Foi o 20º aumento consecutivo. Para 2021, a mediana também seguiu sua escalada, passando de 10,15% para 10,18% e já supera o teto (5,25%) em quase 5 pontos percentuais (5,25%).

## Copom deve elevar juro para 9,25%

Após o fraco resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do terceiro trimestre, que colocou o país em recessão técnica, o mercado não espera surpresa na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre hoje e amanhã.

O consenso dos analistas é de uma alta de 1,50 ponto percentual na taxa básica de juros, atualmente em 7,75% ao ano. Com isso, a Selic deve ir para 9,25% anuais ? maior patamar desde 2017 ?, apesar de a **inflação** estar acima de 10% ao ano ? o dobro do teto da meta, de 5,25% ao ano.

"O BC dificilmente vai acelerar a alta da Selic, porque ainda há muitas dúvidas em relação ao crescimento econômico no ano que vem. Portanto, ele deve tentar evitar uma contração econômica mais forte, porque não adianta tentar alcançar o centro da meta com um custo social muito alto", afirmou Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

E, como a **inflação** deverá permanecer elevada em meio às incertezas internas e externas, as apostas são de uma Selic em dois dígitos até dezembro de 2022. Padovani prevê a Selic chegando a 11% no primeiro trimestre de 2022 e mantendo-se nesse patamar até o fim do ano.

O economista Fernando Honorato, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, também prevê a Selic encerrando o ano em 9,25%, mas tem uma estimativa para a Selic maior, de 11,75%, no fim do ciclo de ajuste monetário, patamar que deverá ser mantido até o fim do ano que vem. "Para a **inflação** ficar dentro da meta, o BC precisará aplicar um juro muito proibitivo (para a atividade) e não vejo muita lógica nisso. Seria um risco enorme para o país com uma economia muito frágil como ela está", afirmou.

Honorato prevê o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022 encerrando o ano em 4,5%, acima do centro da meta (de 3,5%), mas abaixo do teto (de 5%). Apesar de uma das previsões mais otimistas para **inflação** do mercado, ele reconheceu que há riscos de o IPCA ficar acima desse patamar e até romper o limite superior, "devido à elevada indexação da economia". (RH)

# Choque de juros trava a economia (Editorial)

O Banco Central ficou sem alternativa. Com a **inflação** em disparada, terá de aumentar, mais uma vez, a taxa básica de juros (Selic) nesta quarta-feira. O compromisso do Comitê de Política Monetária (Copom) é de nova alta de 1,5 ponto percentual, para 9,25% ao ano. De março, quando começou o arrocho, a dezembro, a Selic subirá 7,25 pontos. Não há precedentes no mundo de elevação tão forte nos juros neste ano em tão curto espaço de tempo. O custo de vida no Brasil, superior a 10%, é o terceiro maior quando se considera as principais economias do planeta. Só fica atrás de Argentina e Turquia.

Mesmo com a Selic encerrando o ano em 9,25%, muito provavelmente o Banco Central terá de manter o pé no acelerador. Praticamente todas as instituições financeiras e consultorias ouvidas pela autoridade monetária apostam que o aperto nos juros continuará ao longo de 2022, ano de eleições. As estimativas vão de 10% a 14,25% anuais. É muito para uma economia que está com os dois pés fincados na recessão. Juros em alta resultam em crédito mais caro para o consumo e para os investimentos, duas das principais alavancas do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Pela teoria econômica, o impacto da política monetária na atividade só é sentido entre seis e nove meses. Ou seja, toda a potência do arrocho dado pelo Banco Central será percebido no segundo semestre do ano que vem, justamente quando a disputa eleitoral estará pegando fogo. É com base nesse efeito defasado das decisões do Copom que os principais analistas econômicos afirmam que o **PIB** de 2022 será muito próximo de zero ou mesmo negativo. O governo contesta tal projeção. É do jogo. Mas uma coisa é certa: haverá uma combinação nefasta no país, de juros nas alturas e **inflação** acima do aceitável.

Dentro do BC, o clima é de frustração. Não sem motivo. A **inflação** será praticamente o dobro do teto da meta, de 5,25%, prevista para o ano. As estimativas para 2022 também já estão acima do topo, de 5%, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O sentimento de derrota se torna maior porque boa parte da **inflação** que a instituição tenta combater é resultante de equívocos do próprio governo. As crises criadas pelo presidente Jair Bolsonaro empurraram o dólar para cima, contaminando todas as cadeias de preços. Além disso, o Ministério da Economia patrocinou estripulias na área fiscal, sobretudo por meio da PEC dos Precatórios.

A perspectiva é de que, mantida a mão pesada do BC

sobre os juros, a **inflação** cairá à metade ao longo do ano que vem. Mas, por enquanto, isso é mais torcida do que realidade. A carestia assola todo o mundo, reflexo da falta de insumos num quadro de retomada da demanda pós-pandemia. Espera-se uma normalização da oferta nos próximos meses. Contudo, o estrago está feito e, em países como o Brasil, em que o governo cria uma confusão atrás da outra, a situação se agrava. É importante ressaltar que com **inflação** não se brinca. E o histórico brasileiro é péssimo. São os mais pobres os principais prejudicados. O Banco Central está fazendo o que lhe cabe para tentar botar a casa em ordem. Sozinho, porém, pode muito pouco.

# Copom em clima de derrota

**Rosana Hessel**

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, realiza a última reunião do ano, hoje e amanhã, em clima de derrota no cumprimento da meta de **inflação**. Será a sexta vez na qual o BC, que tem como missão principal preservar o poder de compra do real, não consegue atingir o objetivo anual determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) desde o início do regime de metas, em 1999. Apenas em 2017 o piso foi rompido e, nas outras, o teto furou. E, segundo analistas, tudo indica que o mesmo vai acontecer em 2022.

A meta de **inflação** deste ano é de 3,75%, com limite superior de tolerância de 5,25%. Mas esse teto já foi superado no acumulado em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde março, quando somou 6,10% e o indicador não parou mais de subir. Naquele mês, o Copom iniciou o novo ciclo de alta da Selic (taxa básica da economia), que estava no piso histórico de 2% anuais, e tudo indica que deverá continuar elevando os juros, pelo menos, até abril ou maio do ano que vem.

A Selic está em 7,75% ao ano e as apostas para a próxima reunião do Copom estão concentradas em uma alta de 1,50 ponto percentual, o que levará os juros básicos para 9,25% neste fim de ano. Antes, havia uma expectativa de que o choque monetário fosse maior (de, no mínimo, 1,75 ponto percentual), porque as previsões para a **inflação** de 2022 indicam estouro do teto da meta, de 5%. Mas, como a conjuntura econômica não está favorável, o consenso convergiu para a alta sinalizada pelo BC na reunião de outubro. O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) indicando que o país entrou em recessão técnica quando há dois trimestres negativos seguindo-se a chegada da nova variante da CO-VID-19 ao Brasil ajudaram nessas projeções.

Por conta disso, especialistas acreditam que o BC não vai pesar muito nos juros para evitar uma recessão mais profunda. O consenso entre analistas após a divulgação do resultado do **PIB** do terceiro trimestre, na última quinta-feira, de queda de 0,1%, seguindo um recuo atualizado de 0,1% para 0,4% nos três meses anteriores, é de que a economia está estagnada. Com isso, as revisões de crescimento do **PIB** deste ano abaixo de 5% e as apostas de queda do **PIB** em 2022, especialmente se a Selic ficar acima de 11% ao longo do ano que vem, ganham mais força.

A **inflação** está persistente e acima de dois dígitos desde setembro. Especialistas reconhecem que vai ser um grande desafio para a autoridade monetária conseguir cumprir a meta de **inflação** enquanto o governo dá sinais claros de deterioração fiscal ao fazer de tudo para aumentar os gastos em ano eleitoral. A mudança na regra do teto de gastos e o calote em dívidas judiciais com a aprovação da PEC dos Precatórios, que amplia em mais de R\$ 100 bilhões o espaço para o governo gastar, deterioraram as projeções do mercado e aumentaram as estimativas de alta do dólar. Mesmo assim, analistas acreditam que o BC será mais "dovish" na condução da política monetária, ou seja, termo derivado do pombo que classifica os bancos centrais mais lenientes com a **inflação**, elevando os juros gradualmente.

A mediana das estimativas do mercado para o IPCA de 2022, coletadas pelo BC no boletim Focus, está em 5%, mas analistas admitem que a carestia no ano que vem vai superar esse patamar, porque a **inflação** não deverá ceder tão facilmente. "A inércia inflacionária vai fazer com que o IPCA fique acima de dois dígitos, pelo menos, até abril ou maio", alerta o economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho. Pelos cálculos dele, mesmo se a Selic for a 12% no primeiro trimestre de 2022, o IPCA ficará perto de 6% em dezembro.

"A indexação elevada da economia faz com que a **inflação** estrutural seja elevada, e, para 2022, ela está acima de 4%, sem incluir os impactos de reajustes em tarifas, aluguéis e salários que devem ocorrer ao longo do próximo ano", destaca Velho, que prevê alta de 1,5 ponto percentual nos juros. Ele reconhece que a atividade mais fraca vai pesar na decisão do colegiado, porque, além da queda do **PIB** do terceiro trimestre, outro sinal preocupante recente da atividade foi o recuo de 0,6% na produção industrial de outubro, que não era esperado pelo mercado na sexta-feira.

**CREDIBILIDADE** Carlos Thadeu de Freitas Gomes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), prevê que o IPCA deverá encerrar o ano de 2022 entre 6% e 6,5%, e, para ele, a única saída para o BC será mudar a meta de **inflação**, que é decrescente e será muito difícil de ser cumprida. Para Velho, entretanto, uma mudança de meta de **inflação** acabará com o último resquício de credibilidade do governo, que já mudou a regra do teto quando viu que ela não seria cumprida. "É muito arriscado mudar a meta de **inflação**. Será um sinal muito ruim para o mercado e fará com que os

prêmios de risco para os títulos públicos aumentem ainda mais, encarecendo a dívida pública", alerta.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, manteve a previsão de alta de 1,50 ponto percentual na Selic no próximo Copom e não descarta que o cenário de estagflação - de baixo crescimento, **inflação** e desemprego elevados. "Creio que o Banco Central não vai acelerar a alta agora, por conta dos sinais de atividade mais fraca. A dúvida fica clara sobre o ponto de chegada da Selic. Ainda mantemos 11,75% (no fim do ciclo), pois a **inflação** não tem dado sinais de que vai arrefecer, especialmente lembrando que 2022 vai ser um ano político tenso e com o dólar elevado ao longo do próximo ano", afirma.

Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, conta que também manteve a previsão para a Selic em 9,25% no fim do ano. Ele acredita que os juros básicos chegarão a 11% em março. "O foco principal do BC continuará sendo a **inflação**, mas ele vai seguir aquela máxima de que para matar o carrapato não precisa colocar fogo na vaca", afirma.

Apesar de também apostar em alta de 1,50 ponto percentual na Selic no próximo Copom, José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, avalia que o BC vai adotar uma política monetária "dovish" e abandonar a meta do ano que vem, porque não conseguirá trazer a **inflação** de 2022 para menos de 5%. Ele não descarta a possibilidade de o dólar passar de R\$ 6 no ano que vem, por conta da deterioração fiscal, que acaba dificultando o trabalho do BC no controle da **inflação**.

## SEM DECOLAGEM O

Economia, Paulo Guedes, voltou a falar que o **PIB** está decolando e disse que os temores do mercado de descontrole das contas públicas são "conversa fiada". Para analistas, Guedes vive em um "mundo paralelo", desconectado da realidade.

"Não existe retomada em V de verdade da economia, e, sim, um crescimento medíocre. O **PIB** perdeu o fôlego e não voltou ao patamar do quarto trimestre de 2019. A desaceleração está mais intensa e o crescimento de 1,1% nos serviços não foi suficiente para compensar a queda da agricultura e a estagnação da indústria", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ela destaca que o Brasil tem um problema estrutural muito sério para crescer e não comporta taxas elevadas para o **PIB**. "Se o país estivesse crescendo mesmo, estaríamos falando de racionamento de energia. Por isso, a economia não consegue decolar muito, porque não tem combustível. E sem uma boa

infraestrutura de energia, não vai conseguir crescer", alerta.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/12/2021/p1>



# Salário não acompanha inflação

**Natasha Werneck**

Os resultados da pandemia de COVID-19 batem na porta da economia brasileira e trazem um cenário preocupante pela frente. Enquanto a **inflação** de vários produtos e serviços teve aumento de até 129%, o salário mínimo não consegue acompanhar a escalada, com o reajuste de 10%. É o que mostra levantamento feito pelo site Mercado Mineiro e aplicativo com Oferta, que analisaram diversos setores para verificar a **inflação** durante a pandemia, em janeiro de 2019, janeiro de 2020, janeiro de 2021 e novembro de 2021.

Os piores aumentos estão em produtos básicos do dia a dia do consumidor: combustíveis, gás de cozinha, carnes, arroz, óleo de soja, açúcar e energia elétrica. Enquanto a arroba bovina subiu 129% de janeiro de 2019 até novembro de 2021, o quilo do acém teve alta de 92%; o do lombo suíno inteiro, de 45%; o quilo da comida self-service aumentou 29%; o prato feito, 39%; e o marmitex aumentou 41%. Já o pão francês subiu 11,47%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro de 2019 até novembro de 2021 subiu 17,99%. O dólar, favorecendo a exportação, aumentou 53% em relação ao real. O barril do petróleo foi reajustado em 14,35%, enquanto a gasolina teve salto de 54% e o diesel, de 51%. O etanol disparou 91%, o botijão de gás de cozinha teve reajuste de 45%, enquanto o cilindro de 45kg subiu 30%.

A mensalidade escolar teve reajuste de 8%, como aconteceu no 5º ano do ensino médio. Nos bares, Brahma de 600ml teve alta de 9,20%, a Heineken, 20%, e a batata frita, 19%.

Nesse cenário, o salário mínimo subiu de R\$ 998 para R\$ 1.100, um aumento de 10%. Segundo o economista e coordenador do Mercado Mineiro, Feliciano Abreu, todos esses aumentos atrelados ao dólar diminuem o poder de compra do consumidor e geram preocupação na economia do país.

"A gente vê o mercado de uma forma muito perigosa, o consumidor está comprando cada vez menos, só o básico. Diversos setores estão esgotados. Enquanto nossa moeda estiver desvalorizada, vai valorizar quem exporta. Quem ganha em real e consome em real o produto atrelado ao dólar vai passar muita dificuldade", afirmou.

"O dólar influencia diretamente nas exportações e está com um preço disparado e isso mostra a necessidade de exportar em vez de manter um preço dentro dos padrões de consumo para o consumidor interno", acrescentou o economista.

Ele alertou que isso pode trazer consequências desastrosas. "Muita gente não vai conseguir sobreviver, porque já passou um período fechado e na hora da retomada em final de ano as pessoas não estão voltando, porque não conseguem consumir. Vai haver um problema muito grave", previu.

Diante do quadro, estabelecimentos comerciais não estão conseguindo repassar todo o aumento que tiveram com os próprios custos. "Quando se vai aos bares e restaurantes, vemos que está mais caro, mas os donos não estão conseguindo repassar na totalidade o aumento que também tiveram, e isso pode inviabilizar diversos setores. Subiram energia elétrica, arroz, feijão, carne nem se fala, gás de cozinha", avalia Feliciano.

**AMEAÇA** A grande preocupação do mercado agora é com o surgimento de uma nova cepa do coronavírus que pode trazer novas restrições. Feliciano explica que todo esse acumulado pode ocasionar perda de conquistas geradas pelo Plano Real, conjunto de reformas econômicas implantadas no Brasil, a partir de 1994, no governo de Itamar Franco, para combater a hiperinflação no país.

"Retomar a economia não é fácil. Se voltarem os problemas com uma nova cepa, ninguém sabe o que pode acontecer. Podemos perder o Plano Real, que foi conquistado com muito custo e conseguiu a estabilidade econômica. Hoje, o consumidor não tem como fazer planejamento, não tem estabilidade financeira. Se não valorizar o ganho do trabalhador, dificilmente haverá condições de retomar a economia", alerta.

Também não há grandes expectativas para a economia em 2022, por ser um ano de eleição. "Eleição, no Brasil, historicamente sempre é um ano de especulação. Vai ser um ano de muita conversa e pouca atitude porque vai todo mundo estar no ponto morto esperando quem vai ganhar a eleição. As pessoas precisam de um suporte, uma solução", observa Feliciano.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/12/2021/p1>



# MP tentar garantir Auxílio Brasil de R\$ 400 já em dezembro

**Idiana Tomazelli**

O governo Jair Bolsonaro (PL) prepara uma medida provisória para garantir o pagamento mínimo de 13\$ 400 às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil ainda em dezembro, segundo duas fontes do governo informaram à Folha.

O texto também vai permitir que o governo defina por meio de decreto o valor extra a ser pago em 2022. Os técnicos trabalham para finalizar a MP a tempo de ela ser publicada nesta terça-feira (7) no Diário Oficial da União (DOU).

Hoje, o valor médio do Auxílio Brasil é de 13\$ 224,41, pago a 14,6 milhões de famílias, mas Bolsonaro já prometeu um repasse de ao menos R\$ 400 até o fim de 2022, ano em que ele buscará sua reeleição.

A edição do decreto para assegurar esse valor no ano que vem depende, porém, da promulgação da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Calote, que altera a regra de cálculo do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à **inflação**) e também adia o pagamento de parte das dívidas judiciais da União contra as quais já não cabe recurso.

A PEC vai abrir um espaço de 13\$ 106,1 bilhões no Orçamento de 2022, dos quais 13\$ 51,1 bilhões serão destinados à ampliação do programa social.

De acordo com técnicos do governo, a MP vai prever que o valor do Auxílio Brasil para 2022 será definido por meio de decreto, que só poderá ser editado após a aprovação da PEC e também da modificação do Orçamento, para incluir a despesa adicional com o programa social.

Para o pagamento em dezembro, o Ministério da Cidadania vai usar recursos que já estavam reservados ao programa Bolsa Família -marca das gestões petistas-, agora substituído pelo Auxílio Brasil.

Segundo um integrante do governo, a parcela adicional deve custar próximo de R\$ 3 bilhões apenas para o mês de dezembro.

Pelo calendário, os pagamentos deste mês se iniciam na próxima sexta-feira (10), mas o Congresso ainda não concluiu a votação da PEC dos Precatórios.

Havia o temor entre integrantes do governo de que a demora na aprovação da proposta inviabilizasse a implementação do programa ainda este mês.

Mesmo coma aprovação da PEC na Câmara, no início de novembro, o Planalto já trabalhava com a edição da MP como uma espécie de plano B para assegurar o pagamento dos 13\$ 400 ainda em dezembro, caso a tramitação da proposta no Senado levasse mais tempo do que o previsto -o que acabou acontecendo.

A Câmara concluiu a votação da PEC em 9 de novembro, mas o texto sofreu alterações no Senado Federal, o que torna necessária nova apreciação pelos deputados.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negociam um acordo para o fatiamento da proposta, com a promulgação da parte que ficou inalterada e que incluía alteração do teto de gastos. Esse dispositivo, porém, libera R\$ 62,2 bilhões no Orçamento de 2022, espaço que é insuficiente para acomodar o gasto adicional com o Auxílio Brasil no próximo ano, segundo um técnico do governo.

Além disso, congressistas de oposição do governo ameaçam recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso haja a promulgação de parte da PEC antes da nova votação na Câmara.

No início de novembro, o ministro João Roma (Cidadania) já demonstrava preocupação com o risco de atraso da PEC no Senado.

"Se essa tramitação [no Senado] se estender até o próximo mês, isso irá inviabilizar que o benefício de R\$ 400 chegue aos brasileiros em dezembro", afirmou o ministro em 10 de novembro, em entrevista no Palácio do Planalto.

A Folha apurou que a ausência de uma perspectiva para a promulgação parcial da PEC foi um fator decisivo para deflagrar a estratégia de edição da MP que assegura o pagamento de 13\$ 400 em dezembro.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49752&anchor=6446733&pd=4d8e15c94b79428729a5a66fd0a>

**de5d1**

# Bolsa sobe 1,70% com otimismo sobre ômicron; dólar vai a R\$ 5,69, maior cotação desde abril

**Clayton Castelani**

A Bolsa de Valores brasileira subiu 1,70% nesta segunda-feira (6), para 106.858 pontos, alcançando a sua maior pontuação desde 11 de novembro. O dólar avançou 0,28%, a R\$ 5,6930, impulsionado pelo fortalecimento global da divisa.

O Ibovespa, referência do mercado acionário doméstico, respondeu de forma positiva à redução da pressão sobre o risco fiscal após a aprovação da PEC do Calote no Senado, na semana passada, e, principalmente, ao noticiário relativamente tranquilizador desta segunda-feira sobre os efeitos da variante ômicron do coronavírus.

Um estudo inicial com pacientes hospitalizados na África do Sul indicou que os sintomas são leves quando comparados aos provocados por outras variantes. O principal conselheiro do governo para a pandemia, Anthony Fauci, deu força ao otimismo ao declarar que a ômicron não parece ser muito severa.

As empresas aéreas Gol e Azul avançaram 11,80% e 10,48%, nessa ordem, na Bolsa brasileira. Também beneficiada pela reabertura, a operadora de Turismo CVC subiu 5,87%.

Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, S P500 e Nasdaq avançaram 1,87%, 1,17% e 0,93%, respectivamente.

Empresas ligadas ao turismo e ao transporte lideraram os ganhos no mercado americano. As companhias de cruzeiros Norwegian e Royal Caribbean dispararam 9,51% e 8,22%. A empresa aérea United saltou 8,32%. As fabricantes de vacinas Moderna e Pfizer caíram 13,49% e 5,14%.

"O movimento de alta de hoje [segunda-feira] no Brasil e no exterior está muito ligado à reabertura econômica, com a redução das tensões sobre a necessidade de eventuais novas medidas restritivas para evitar infecções por Covid-19", diz Leon Abdalla, analista de investimentos da Rio Bravo.

Além disso, os mais importantes produtores de

commodities para o mercado doméstico apresentaram altas. A Vale teve forte ganho de 54%, em um dia de valorização dos contratos futuros de minério de ferro.

No mercado de petróleo, o barril do Brent saltou 5,08%, a US\$ 73,43. Isso ajudou a Petrobras a subir 0,63%, mesmo em um dia em que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) abriu novo processo para investigar declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a Petrobras. É o terceiro procedimento envolvendo o presidente e a estatal em pouco mais de um mês.

Estimativas de alta de 1,5 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic) tiveram efeito marginal no desempenho da Bolsa, ante o entusiasmo de investidores com as notícias sobre a ômicron.

O dólar, que fechou em alta de 0,28%, a R\$ 5,6930, alcançou a sua maior cotação desde 13 de abril, quando superou os R\$ 5,71. Na máxima do dia, a divisa chegou a R\$ 5,7020.

A expectativa de antecipação do aumento dos juros básicos nos Estados Unidos vem provocando uma valorização global do dólar e isso explica a alta em relação ao real desta segunda-feira, segundo Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest.

"A melhora na atividade econômica [nos Estados Unidos] sugere elevação de juros", diz Consorte.

Juros mais altos nos EUA tendem a atrair para o país investimento alocado em países emergentes, como o Brasil, onde os riscos são maiores. A saída desses recursos torna a moeda estrangeira mais escassa e, dessa forma, o dólar se valoriza.

O Fed (Federal Reserve, o banco central americano) tem feito avaliações mais rigorosas sobre a necessidade de elevar os juros para combater a alta da **inflação** no país, que está no maior nível em 30 anos, e tende a ganhar mais impulso como aquecimento da economia neste final de ano.

No mercado de criptomoedas, o bitcoin se recuperou

da baixa do encerramento da semana e, ao final do dia, subiu 3,62%.

Desde que notícias sobre a nova variante do coronavírus passaram a impactar investidores, em 26 de novembro, a criptomoeda acumulou 10% de perdas. No ano, porém, os ganhos estão perto de 80%.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49752&anchor=6446733&pd=4d8e15c94b79428729a5a66fd0ade5d1>**

# Mercado tem carne para o fim de ano, mas falta o consumidor, diz consultoria - VAIVÉM DAS COMMODITIES

**MAURO ZAFALON**

Pagamento da primeira parcela do 13º, salário do mês, chegada das festas de fim de ano. Tudo poderia levar o consumidor para o mercado de alimentos neste início de dezembro. Ele continua, no entanto, bastante retraído, principalmente na aquisição de carnes.

A avaliação é de Heloísa Xavier, diretora da JOX Assessoria Agropecuária. "É um mercado inconsistente para este período do ano. Falta poder aquisitivo da população, e o dinheiro que está entrando vai para pagar contas atrasadas e as que estão vencendo", afirma.

No setor de carnes, a bovina ainda tem uma pequena sustentação nas vendas, devido às promoções da carne de segunda, mas a oferta de animais ainda é baixa. Já nos setores de frango e de suínos, os frigoríficos estão bem mais abastecidos.

"O mercado tem carne, mas falta o consumidor."

Esse cenário de incertezas no consumo se reflete no campo. Após um recuo de R\$ 11 na sexta-feira (3), quando caiu para R\$ 313, a arroba de boi gordo voltou a se recuperar nesta segunda-feira (6) no mercado paulista, subindo para R\$ 322, uma elevação de R\$ 9.

A queda da semana passada foi um movimento brusco, mas pontual, segundo Thiago Bernardino de Carvalho, pesquisador do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

O cenário, no entanto, será de preços firmes. Ele acredita em uma pressão de compras no final de ano e, mesmo com a taxa de **inflação** elevada e a perda de renda, o consumidor acabará optando pelas proteínas, afirma o pesquisador.

A dificuldade maior para o consumidor, em termos de preços, vai continuar com a carne bovina. Além da demanda maior neste período do ano, o que é natural, a oferta de gado vai continuar restrita.

A ocorrência de chuvas na passagem de 2021 para 2022 está melhor do que foi a de 2020 para 2021, o

que permite ao pecuarista controlar melhor suas vendas.

A oferta de gado está restrita, mas a produtividade vem melhorando, segundo Carvalho. Os pecuaristas estão planejando melhor sua atividade nos anos recentes, utilizando novas tecnologias e aprimorando o manejo e a gestão.

Já os aventureiros do setor têm problemas, devido a esse sobe e desce dos preços, afirma ele. Em julho, a arroba estava em R\$ 322, recuou para R\$ 254 no final de outubro e voltou para R\$ 324 na semana passada.

O pesquisador do Cepea diz que está havendo uma peneira na atividade, com muitos produtores indo para a soja ou arrendando suas terras.

Apesar do cenário atual, ele prevê uma melhora na oferta, principalmente após o primeiro semestre. O pecuarista já faz confinamento para a entrega no ano todo, e há um aumento de produtividade.

O cenário para o consumidor, porém, é delicado. A arroba de boi no pasto vale mais do que o equivalente a uma arroba da carcaça casada no atacado de São Paulo. Isso mostra uma pressão maior no campo do que os preços atuais da carne no atacado e no varejo.

Segundo o Cepea, o quilo de carne da carcaça casada (carnes do traseiro, dianteiro e ponta de agulha) está em R\$ 20,55 no mercado atacadista de São Paulo, o maior preço desde meados de junho.

Esse mercado ainda tem um componente muito importante para ser avaliado: quando a China volta e quanto vai comprar.

O país asiático está em uma sinuca, uma vez que os chineses aprenderam a comer carne bovina, a classe média se amplia e a necessidade de importações cresce.

Para Carvalho, a China precisa de carne, e o Brasil é o melhor mercado para eles, devido à boa oferta e a preços mais acessíveis. É difícil, no entanto, prever quando os chineses voltam ao mercado brasileiro.

Talvez esperem o início do próximo ano, afirma o pesquisador.

A China interrompeu as compras de carne bovina do Brasil no início de setembro, após a ocorrência de dois casos atípicos de vaca louca.

Com isso, as exportações totais de carne bovina fresca, resfriada e congelada, pelo Brasil, recuaram para apenas 163 mil toneladas no acumulado de outubro e de novembro. Só em setembro, as exportações haviam somado 187 mil toneladas.

De acordo com a Secex (Secretaria de Comércio Exterior), as exportações melhoraram nesta primeira semana de dezembro, somando 5.288 toneladas por dia útil, 24% acima do volume médio de novembro.

Para Carvalho, a situação é delicada também para o pecuarista. Apesar de uma previsão de preços bons para o boi, não adiante segurar o animal. O consumidor está sem renda, e a concorrência das outras proteínas, com custos menores, é grande.

Há um limite para aumentos internos. Já o dólar nos patamares atuais incentiva as exportações.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49752&anchor=6446733&pd=4d8e15c94b79428729a5a66fd0ade5d1>**



# Mesmo com a PEC dos Precatórios, governo vê rombo de R\$ 2,6 bilhões

**ADRIANA FERNANDES**

Depois da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios com R\$ 106,1 bilhões a mais para o governo gastar em 2022, o Ministério da Economia calcula que ainda faltam R\$ 2,6 bilhões de espaço no teto de gastos, regra que atrela as despesas à **inflação**, para acomodar o Orçamento do ano eleitoral.

Com esse "rombo", as pressões para novos aumentos dos gastos vão agora se concentrar nas negociações para a votação do Orçamento, que se intensificaram ontem com a apresentação do relatório preliminar do relator-geral, Hugo Leal (PSD-RJ).

O parecer mantém o caminho para R\$ 16 bilhões em emendas do orçamento secreto em ano eleitoral, sinalizando que a pressão por gastos continua.

A manutenção das emendas de relator, as RP9, não está na lista da equipe econômica, obtida pelo Estadão. Os dados mostram que a PEC não foi suficiente para o tamanho da demanda do presidente Jair Bolsonaro e dos seus aliados.

Para acomodar mais gastos, o relator terá de cortar outras despesas discricionárias dos ministérios (verbas gastas em investimentos e custeio da máquina), que somam apenas R\$ 98 bilhões para 2022. Ou, na pior das hipóteses, passar a tesoura em gastos obrigatórios (como despesas previdenciárias), repetindo o que aconteceu na votação do Orçamento de 2021 - que abriu um impasse com o Ministério da Economia e levou a uma crise política no início do ano.

A conta do Ministério da Economia tem servido de base nas negociações com o Congresso, mas também vem sendo usada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para rebater a ideia dos críticos de que a PEC serviu de base para uma explosão de gastos eleitoreiros que colocam em risco as contas públicas. Guedes vem reforçando esse ponto de vista e chama a abertura do espaço fiscal de "teto solar".

Na conta, o governo incluiu o gasto adicional de R\$ 54,6 bilhões para o Auxílio Brasil turbinado de R\$ 400 para 17,9 milhões de famílias, além da elevação das despesas com benefícios previdenciários, por causa da alta da **inflação**. Também houve aumento das

despesas vinculadas ao piso da saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e de emendas parlamentares impositivas.

A prorrogação da desoneração da folha a 17 setores que mais empregam no País, com custo de R\$ 5,3 bilhões, está na lista. O texto já passou pela Câmara e aguarda o Senado.

Com o desgaste da PEC, auxiliares de Guedes têm apresentado dados a investidores que apontam que, mesmo com a aprovação do texto, a previsão para as contas públicas em 2022 seria hoje melhor do que quando o projeto de lei orçamentária foi enviado, em agosto.

R\$ 54,6 bi é o gasto adicional para o Auxílio Brasil, o novo programa social turbinado de R\$ 400 para 17,9 milhões de famílias, além da elevação de benefícios previdenciários com a **inflação**

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Analistas veem inflação de 5,02% no próximo ano

A maioria das projeções de economistas do mercado financeiro para o IPCA, o índice oficial de **inflação**, de 2022 já se encontra acima do teto da **meta** a ser perseguida pelo Banco Central, de 5%, o que sinaliza alto risco de descumprimento do objetivo pelo segundo ano consecutivo. A previsão colhida pelo Banco Central para o boletim Focus subiu de 5,00% para 5,02%, o 20.º aumento seguido.

Para 2021, a estimativa passou de 10,15% para 10,19% - a 35.ª alta seguida - e já supera em quase 5 pontos percentuais o teto da meta deste ano (5,25%). Se confirmada, será a primeira vez que o IPCA atinge esse patamar desde 2015 - quando somou 10,67%, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

A meta de **inflação** é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a Selic. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reúne hoje e amanhã para definir a nova taxa básica de juros.

Com a alta da **inflação**, a estimativa do mercado financeiro é de uma nova alta de 1,5 ponto percentual, o que levaria a Selic a 9,25% no fechamento de 2021.

Para o fim de 2022, de acordo com as projeções compiladas pelo Focus, a expectativa é de uma taxa de 11,25%.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O Brasil atrás das potências dinâmicas

Com avanço de 5%, o Brasil cresce menos que a economia mundial neste ano e assim continuará em 2022 e 2023, estima a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, seu país está entre os líderes do crescimento global, depois de uma recuperação em V, mas esse prodígio é desconhecido no mercado e nas entidades multilaterais. O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro crescerá 1,4% no próximo ano e 2,1% no seguinte, de acordo com as Perspectivas Econômicas da OCDE. As taxas estimadas para o **PIB** global nesses três anos são 5,6%, 4,5% e 3,2%. Para os 38 países da organização, as médias projetadas são 5,3%, 3,9% e 2,5%. No mercado brasileiro as expectativas, bem menos otimistas, são de expansão de 4,78% em 2021, seguida de 0,58% e 2% nos períodos seguintes.

A recuperação global continua, mas perdeu impulso e vem sendo marcada por crescente desequilíbrio entre setores, grupos sociais e países, segundo a OCDE.

A forte retomada inicial vem sendo prejudicada por problemas de abastecimento, encarecimento de insumos, novas pressões inflacionárias e efeitos continuados da pandemia. Com a recuperação do emprego e o aumento da vacinação, a retomada global deverá ser mais segura a partir do próximo ano. Mas o cenário poderá mudar com o surgimento de variantes mais transmissíveis da covid-19, eventual aumento da **inflação** ou agravamento de problemas como a crise do setor imobiliário na China.

Essencial para a recuperação neste ano, a vacinação continua sendo uma prioridade e é preciso estendê-la aos países mais pobres e menos imunizados. A importância da vacinação para a retomada brasileira é enfatizada no primeiro parágrafo do capítulo a respeito do Brasil. Segundo os números e a análise da OCDE, cuidar da saúde foi um passo decisivo para a reativação dos negócios. Essa análise mostra o oposto do discurso repetido muitas vezes pelo presidente Jair Bolsonaro - cuidar da economia mesmo com risco de morte para milhares de brasileiros. Preocupação com a segurança, segundo ele, seria mimimi de maricas.

Facilitada pela vacinação, a reação brasileira foi sustentada inicialmente pelo consumo e pelo investimento privados. As exportações foram beneficiadas pela recuperação global, pela forte procura de produtos básicos e pelo câmbio desvalorizado. Mas a retomada foi enfraquecida por gargalos de abastecimento, redução do poder de

compra dos consumidores, juros em alta e incertezas sobre a política econômica.

Essas incertezas, somadas ao risco fiscal crescente, afetam o preço do dólar e aumentam a **inflação**, assinala o relatório.

O estudo recomenda investimentos para elevar o potencial de crescimento econômico, mas, para manter as contas públicas em condição sustentável, o governo, segundo a OCDE, terá de aumentar a eficiência dos gastos, hoje prejudicada por fatores como as despesas obrigatórias e sujeitas à indexação. É difícil dizer se alguma reforma com essa orientação poderá prosperar num ano de eleições.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Saques na poupança têm novo recorde em novembro, mostra BC (Editorial)

Os saques superaram os depósitos na poupança pelo quarto mês seguido. Em novembro, houve retirada líquida de R\$ 12,377 bilhões nas cadernetas, informou ontem o Banco Central. Esse também foi o terceiro recorde negativo seguido para um determinado mês na série histórica, iniciada em 1995.

Os volumes de saídas em setembro (R\$ 7,719 bilhões) e outubro (R\$ 7,430 bilhões) também foram inéditos para os respectivos meses.

Novembro foi o sétimo mês de 2021 em que os saques superaram os depósitos na poupança. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, os brasileiros também haviam retirado recursos da caderneta.

Desde agosto, em meio à alta da **inflação**, a poupança voltou a registrar mais retiradas que aportes. No acumulado de janeiro a novembro, a população retirou R\$ 43,156 bilhões líquidos da caderneta.

Como o Estadão mostrou na semana passada, o BC estuda mudar a regra de correção da caderneta de poupança, a principal fonte para os financiamentos à casa própria e ainda hoje o investimento mais popular dos brasileiros.

O BC quer que a poupança tenha uma correção mais próxima daquela que é usada para fazer o financiamento de projetos imobiliários.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado financeiro projeta inflação em 10,18%

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA), considerada a **inflação** oficial do país, subiu de 10,15% para 10,18% neste ano. Essa foi a 35ª elevação consecutiva da projeção. A estimativa está no Boletim Focus de ontem (6), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), em Brasília, com a expectativa das instituições para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de **inflação** subiu de 5% para 5,02%. Para 2023, a previsão passou de 3,42% para 3,50% e para 2024 foi mantida em 3,10%. A previsão para 2021 está acima da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior de 5,25%. Para 2022 e 2023, as metas são 3,5% e 3,25%, respectivamente, também com intervalo de tolerância 1,5 ponto percentual.

## Taxa de juros

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 7,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Na última reunião do Copom deste ano, marcada para amanhã e quarta-feira (8), a previsão do mercado financeiro é que a Selic suba para 9,25% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica chegue a 11,25% ao ano. E para 2023 e 2024, a previsão é de Selic em 8% ao ano (a previsão da semana passada era 7,75% ao ano) e 7% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Além disso, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da **inflação** e estimulando a atividade econômica.

## PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 4,78% para 4,71%. Para 2022, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 0,51%. Na semana passada, a estimativa de expansão era de 0,58%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** de 1,95% e 2,10%, respectivamente.

A expectativa para a cotação do dólar subiu de R\$ 5,50 de R\$ 5,56 para o final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão passou de R\$ 5,50 para R\$ 5,55-

## Site:

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_15\\_edi\\_o\\_3](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3)  
328

# Exposição aos riscos fiscais atinge R\$ 4,2 trilhões

A exposição da União aos chamados riscos fiscais específicos alcançou R\$ 4,2 trilhões em 2021, uma elevação de R\$ 130 bilhões na comparação com o ano passado, informou o Tesouro Nacional ontem.

Os chamados riscos específicos são aqueles relacionados a eventos com ocorrência irregular e com diferentes origens, normalmente associados a programas governamentais, ao balanço patrimonial do governo e a eventuais novos passivos que ainda dependem de confirmação.

Entre esses riscos, está o estoque de ações judiciais contra a União, de R\$ 2,2 trilhões, montante cerca de quatro vezes maior do que o observado em 2014. Uma fatia de 42% desse total, de R\$ 938 bilhões, é considerada perda provável.

A apresentação desse crescimento no volume dos riscos relacionados a possíveis sentenças judiciais ocorre enquanto o Congresso finaliza o trâmite para estabelecer um teto anual ao pagamento de precatórios -dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso.

A medida faz parte da PEC dos Precatórios. Pela nova regra, que ainda depende de aprovação final do Congresso, os precatórios que excederem um limite anual de pagamento entrarão em uma espécie de fila. Em 2022, por exemplo, dos R\$ 89 bilhões em precatórios inscritos pelo Judiciário, aproximadamente metade ficará acima do teto estipulado pela nova regra.

Entre os mecanismos de quitação desses débitos, há a previsão de o governo poder pagar antecipadamente com um desconto sobre o valor total. Detentores de precatórios também poderão usar esses títulos para comprar imóveis públicos, pagar outorgas de concessões ou comprar participação em estatais.

Em relação à dívida ativa da União, o estoque total está em R\$ 2,6 trilhões. Desse montante, é esperada uma recuperação de R\$ 501 bilhões.

Na análise de propostas legislativas que beneficiam Estados e municípios, o Tesouro estima que essas medidas poderão onerar a União em R\$ 644 bilhões ao longo de dez anos.

O órgão do Ministério da Economia ainda aponta que a mudança na estrutura etária brasileira, com aumento do número de idosos e redução da proporção de jovens, pode ampliar em R\$ 12,4 bilhões a demanda sobre despesas de saúde e educação entre 2021 e 2030.

Dívida - Além dos riscos específicos, o Tesouro avalia riscos macroeconômicos, relacionados a mudanças cíclicas ou estruturais na economia que afetariam receitas e despesas do governo.

Nessa categoria, o Ministério da Economia atualiza projeções para a relação entre a dívida bruta do governo geral e o **PIB**. Para o fim de 2021, o Tesouro projeta que a dívida bruta ficará em 80,6% do **PIB**, contra 88,8% no encerramento de 2020.

"O crescimento da dívida bruta do governo geral, após os eventos de 2020, reduziu significativamente a capacidade do País em absorver novos choques que afetem as variáveis econômicas por meio de endividamento", informou o Tesouro.

A pasta estima que um aumento de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa Selic pelo Banco Central entre 2021 e 2024 eleva a dívida bruta em 1,3 p.p.

ao fim de 2024. Ao mesmo tempo, reduções de 1 p.p. no crescimento do **PIB** e no resultado primário, isoladamente, resultam em um aumento de aproximadamente 3 p.p. e 4,1 p.p. na dívida bruta ao final de 2024.

O Tesouro também estima que a variação de 1 p.p. do **PIB** impacta a receita primária em R\$ 8,6 bilhões, enquanto a elevação de 1 ponto na **inflação** amplia as despesas federais em R\$ 7,9 bilhões. O aumento de R\$ 1 no salário mínimo, por sua vez, eleva os gastos anuais do governo em R\$ 356,9 milhões.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-12-2021/>



# IPCA deve ficar acima da meta do BC

A maioria das projeções de economistas do mercado financeiro para o IPCA, o índice oficial de **inflação**, de 2022 já se encontra acima do teto da meta a ser perseguida pelo Banco Central, de 5%, o que sinaliza alto risco de descumprimento do objetivo pelo segundo ano consecutivo. A previsão colhida pelo Banco Central para o boletim Focus subiu de 5,00% para 5,02%, o 20.º aumento consecutivo.

Há um mês, a previsão era de 4,63%.

Para 2021, a estimativa também seguiu sua escalada, passando de 10,15% para 10,19% - a 35.ª alta seguida - e já supera em quase 5 pontos percentuais o teto da meta deste ano (5,25%). A estimativa era de 9,33% há quatro semanas.

Se confirmada a estimativa, essa será a primeira vez que a **inflação** atinge esse patamar desde 2015 - quando o IPCA somou 10,67% - no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A meta de **inflação** é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a Selic, a taxa básica de juros da economia.

O relatório também vem mostrando sinais de desancoragem em horizontes mais longos. A expectativa para o IPCA em 2023 subiu de 3,42% para 3,50%, enquanto para 2024 a mediana continuou em 3,10%.

Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,27% e 3,10%, respectivamente. A meta para 2023 é de **inflação** de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%). Para 2024 o objetivo é de 3,00%, com margem de 1,5 ponto (de 1,5% para 4,5%).

No **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de outubro, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 9,5% em 2021, 4,1% em 2022 e 3,1% em 2023.

O relatório mostrou nova deterioração no cenário de crescimento econômico do Brasil. A previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2021 foi de 4,78% para 4,71%. Há quatro semanas, estava em 4,93%. Para 2022, a projeção segue em franca piora.

Nesta divulgação, a estimativa de expansão do **PIB** recuou de 0,58% para 0,51%. Há um mês, estava em 1%.

Para 2023, a projeção de crescimento também cedeu,

de 2% para 1,95%. Já para 2024, a estimativa subiu de 2,00% para 2,10%. Os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção para a taxa básica da economia no fim de 2021 em 9,25% e de 11,25% para o fim de 2022.

De acordo com pesquisa do Projeções Broadcast, o mercado está em linha com o "plano de voo" do Banco Central para a reunião desta semana do Copom. De 51 instituições ouvidas, todas preveem mais um aumento de 1,50 ponto porcentual na Selic, para 9,25%. Para o fim do ciclo de aperto monetário, 27 de 46 instituições preveem juros em 11,75% ou mais. Outras 19 esperam Selic terminal entre 10% e 11,50%.

Em outubro, o BC elevou a taxa Selic para 7,75% ao ano. Foi a sexta elevação seguida.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=118663>

# Assessora de Guedes assumirá nova função

Chefe da assessoria de assuntos estratégicos do Ministério da Economia, Daniella Marques, que acompanha Paulo Guedes desde o início do governo, vai assumir o comando da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade. Sua primeira missão será lançar o monitor de investimentos.

Será um indicador que acompanhará o andamento de R\$ 608 bilhões em investimentos já contratados, entre 2019 e 2021, em 121 projetos ligados a leilões feitos pelo governo federal.

Pelos cálculos da equipe econômica, cerca de 30% desses investimentos já estão executados e o restante deverá ser feito no prazo de até oito anos. Para 2022, estão programados leilões de 123 projetos com outros R\$ 311,3 bilhões de investimentos programados. Além disso, os Emirados Árabes anunciaram que vão investir US\$ 10 bilhões a mais no Brasil nos próximos anos, além dos US\$ 5 bilhões já prometidos.

A nova previsão do Ministério da Economia é receber R\$ 31,7 bilhões em concessões em 2022, volume bem maior do que os R\$ 5,1 bilhões projetados no projeto de Orçamento enviado ao Congresso, o que ajuda a melhorar a previsão de resultado das contas públicas no ano que vem.

O ministro aposta no andamento desses investimentos para evitar uma queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro vai buscar a reeleição.

Guedes tem contestado as previsões de economistas de que a economia vai entrar em recessão em 2022, e vem reforçando que a taxa de investimento em 2021 será a maior desde 2014, próxima de 20% do **PIB**. O crescimento e o aumento do emprego dependerão da evolução desses investimentos.

Há uma leitura na área econômica do governo de que o crescimento do Brasil será maior do que os analistas apontam nas projeções e a **inflação** também cairá menos do que as estimativas apontam.

CADEIRAS Braço direito e ex-sócia de Guedes, Daniella Marques substituirá Carlos da Costa, designado como adido comercial do Ministério da Economia em Washington. Além da substituição de Da Costa, Guedes deverá contar com um político para comandar a articulação política com o Congresso. Filiado ao Progressista, Alexandre Baldy (GO), ex-

secretário do governador João Doria, em São Paulo, deverá assumir o cargo de assessor de Relações Institucionais.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=118663>

# Principais gastos públicos foram 'domados'

O ministro da Economia, Paulo Guedes, repetiu nesta segunda-feira (6) a avaliação de que a equipe econômica atual teria conseguido domar os principais gastos públicos. "Derrubamos e recontrolamos a trajetória de gastos com previdência, juros, salários do funcionalismo e finalmente essa jabuticaba brasileira, que são os precatórios", afirmou na cerimônia do Prêmio Tesouro Nacional 2021.

Em rápido discurso na abertura do evento, Guedes voltou a citar a redução do rombo primário em 2021.

"O País tinha um déficit de 2% do **PIB** quando nós chegamos, reduzimos para 1% em 2019, fomos a 10,5% do **PIB** em meio à pandemia, esse ano volta a 1% e ano que vem está previsto em 0,5%", reafirmou o ministro da Economia.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=118663>**

# Queda no PIB mostra empobrecimento do país - REGINALDO LOPES

**REGINALDO LOPES**

O Produto Interno Bruto brasileiro apresentou queda de 0,1% no último trimestre, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Como no anterior a regressão foi de 0,4%, o país entrou em recessão técnica, termo usado pelos economistas para quando o **PIB** tem revés por dois períodos consecutivos.

Além disso, o IBGE identificou que a indústria brasileira apresentou um recuo de 7,8% no mês de outubro em relação ao comparado com 2020. É o terceiro resultado negativo nesse indicador e, considerando a sequência, a queda mais intensa.

Até o agronegócio, que apresentava mais resistência, sofreu uma queda de 8%, mostrando que nenhum setor resiste à política econômica, que, assim como o restante do governo, é baseada no negacionismo.

O revés não impediu o ministro da Economia, Paulo Guedes, de afirmar que o Brasil "está condenado a crescer". Entre mentiras e previsões erradas, aquele que já foi chamado de "superministro" acumula sucessivas derrotas que fizeram agora o Brasil recuar também no ranking global de desempenho econômico. Em um quadro que analisa 31 nações, o país apareceu na 26ª colocação.

Em uma realidade paralela, o ministro já cravou que com R\$ 3 bilhões se "aniquilaria o coronavírus" e que muito dificilmente o dólar chegaria a R\$ 5. A declaração de que o Brasil crescerá "em V", em alusão ao formato da 22ª letra do alfabeto latino, só pode ser entendida se o ministro estiver de cabeça para baixo. O que se viu na prática foi a letra "lambda" do alfabeto grego, o "V" invertido.

A queda de 0,1% no **PIB** se dá no contexto da volta da **inflação** de dois dígitos, 60% dela composta pelo aumento do preço dos derivados de petróleo, que venho enfrentando em projetos e ações na Câmara Federal e na Justiça.

Nosso país era autossuficiente no refino de petróleo em 98,8% até o começo do governo **Temer**, quando passamos a submeter o preço da gasolina e do gás de cozinha ao preço internacional.

De lá para cá, mais de R\$ 230 bilhões de investimentos foram perdidos, tivemos refinaria vendida, construções e obras de modernização de outras paralisadas, e não avançamos como poderíamos na transição da matriz energética para termos uma economia de baixo carbono.

A recessão na economia corrói salários, tira a comida de muita gente, coloca brasileiros em situação de moradores de rua. Mostra que o Brasil vive um círculo vicioso, em que falta de emprego, queda na renda e redução do **PIB** alimentam um ao outro.

O quadro recessivo não será invertido enquanto durar o governo Bolsonaro, que se nega a usar o Estado para fazer com que a economia escape desse redemoinho, que quebra a cada dia o setor produtivo e aumenta o endividamento da população.

A saída da crise passa por uma forte participação de um Estado moderno e com compromisso pelo aumento de investimentos e com o fim do ciclo da desindustrialização. Esse caminho retomaria a capacidade de estimular a economia e a distribuição de renda, para aquecer o mercado interno. Mas isso será alcançado só com outro governo, pois esse já fracassou.

REGINALDO LOPES, Deputado federal (PT-MG)  
dep.reginaldolopes@camara.leg.br

**Site:**

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16346>

# A retomada da produção automotiva e os seminovos (Artigo)

**Reinaldo Lacerda**

A Kavak, startup mexicana de compra e revenda de veículos, anunciou recentemente que direcionou cerca de R\$ 2,5 bilhões para a compra de 2.500 veículos no Brasil. Até o final de 2022, ela pretende adquirir 100 mil carros. Avaliada em cerca de US\$ 4 bilhões, a Kavak se tornou um "unicórnio" (termo recorrente no mundo corporativo em referência a um grande feito). A startup mexicana foi a primeira de seu país a ultrapassar a avaliação de mercado de US\$ 1 bilhão.

A escolha do Brasil como destino de seus investimentos foi motivada pelos excelentes resultados do mercado local de seminovos - o país é o terceiro melhor, atrás apenas de China e EUA.

Dados recentes da Kelley Blue Book Brasil, empresa especializada em pesquisa de preços de veículos, deixam isso muito claro: carros de quatro a dez anos de uso valorizaram-se, em média, 13,04% durante o primeiro semestre de 2021. O levantamento ainda mostrou que os veículos mais antigos puxaram as altas de preços ao longo do período, acumulando variação de 15,01%.

Para mais, a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) apontou o crescimento no mercado de seminovos de quase 82%, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

Foram mais de 990 mil unidades comercializadas, ante as 546.538 de 2020. Já a média diária de vendas ficou em torno de 59 mil, o que representa aumento de 7,8% em relação ao primeiro semestre de 2019, quando ainda não havia crise da Covid-19 no país.

Diversos motivos explicam esse movimento. Entre eles, o custo-benefício.

Ou seja, consumidores que já procuravam um carro zeroquilômetro optaram pela compra de um modelo usado, seja pela oferta, preço ou comodidade. E, por consequência, acabaram se sentindo atraídos pelos seminovos devido à rígida inspeção e certificação de dados pelas quais os carros são submetidos antes da venda.

Também não se deve desprezar a escassez de

modelos de entrada zeroquilômetro no mercado. A indústria automotiva foi o segmento que mais sofreu as consequências da pandemia do novo coronavírus. O preço médio desses veículos chegou a níveis muito acima da **inflação**. Como resultado, o percentual de venda caiu 21,6% no ano passado, de acordo com a Fenabrave.

Contudo, as projeções para o desempenho do mercado de automóveis para o próximo ano indicam que o setor voltará ao nível pré-pandêmico.

A expectativa é embasada nos resultados do primeiro semestre de 2021 - período em que a indústria automotiva registrou alta de 33%, crescimento que só não foi maior devido à falta de semicondutores.

Embora a notícia se mostre extremamente positiva, há de se considerar a situação paradoxal que se implica dela. Com a retomada da produção de veículos novos, o mercado de seminovos será afetado.

Portanto, cabe a esse segmento não se abater e buscar novas soluções para que seu resultado continue positivo como vem se apresentando.

Reinaldo Lacerda, Gestor do Fundo de Investimento Imobiliário Vereda, proprietário do Portal Auto Shopping

**Site:**

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16346>